



NOVA FLORESTA

PREFEITURA MUNICIPAL

CONTINUANDO COM TRABALHO E UNIÃO >>>

PLANO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL

2026-2029

Planejar para Transformar:
Governança, Inovação e
Desenvolvimento Sustentável



GESTÃO EFICIENTE E TRANSPARENTE



INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO



DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



TRABALHO E UNIÃO

FICHA TÉCNICA

Plano Estratégico Institucional do Município de Nova Floresta – PB

Período de Vigência: 2026–2029

Elaboração: Prefeitura Municipal de Nova Floresta – PB

Prefeito Constitucional

José Iran dos Santos

Coordenação Geral e Técnica

Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão Fiscal

Participação Institucional

Gabinete do Prefeito;

Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão Fiscal;

Secretaria Municipal de Administração;

Secretaria Municipal de Finanças;

Secretaria Municipal de Saúde;

Secretaria Municipal de Educação;

Secretaria Municipal de Assistência Social;

Secretaria Municipal de Serviços Urbanos e Infraestrutura;

Secretaria Municipal de Agricultura;

Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer;

Procuradoria Geral do Município;

Conselhos Municipais.

Instrumentos de Planejamento Integrados

Plano Plurianual – PPA 2026–2029;

Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO;

Lei Orçamentária Anual – LOA;

Plano Municipal de Saúde;

Plano Municipal de Educação;

Plano Municipal de Assistência Social;

Plano Municipal da Primeira Infância;

Agenda Transversal da Criança e do Adolescente – ATCA;

Plano Municipal de Turismo;

Demais planos e políticas públicas municipais.

Direitos Autorais

É permitida a reprodução total ou parcial deste documento, desde que citada a fonte.

Contato Institucional

Prefeitura Municipal de Nova Floresta – PB

Rua Prefeito Benedito Marinho da Costa, nº 293 – Centro

CEP: 58178-000 – Nova Floresta – PB

E-mail: pmnfnf@gmail.com



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FLORESTA-PB

PLANO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL

"Planejar para Transformar: Governança, Inovação e Desenvolvimento Sustentável"

2026–2029

Documento institucional que estabelece as diretrizes, objetivos estratégicos, metas, indicadores e ações prioritárias da Administração Pública Municipal para o período de 2026 a 2029, orientando a formulação, execução, monitoramento e avaliação das políticas públicas, em consonância com o Plano Plurianual (PPA), os instrumentos de planejamento governamental e os princípios da gestão pública orientada para resultados.



APRESENTAÇÃO

O Plano Estratégico Institucional (PEI) do Município de Nova Floresta constitui o principal instrumento de planejamento estratégico da Administração Pública Municipal para o período de 2026 a 2029. Seu propósito é orientar a atuação governamental, estabelecer prioridades institucionais, alinhar programas e projetos às políticas públicas municipais e fortalecer a gestão orientada para resultados.

O Plano integra o sistema municipal de planejamento, articulando-se ao Plano Plurianual, à Lei de Diretrizes Orçamentárias, à Lei Orçamentária Anual e aos demais planos estratégicos municipais, constituindo referência para a formulação, execução, monitoramento e avaliação das ações governamentais.

Sua implementação contribuirá para o fortalecimento da capacidade institucional da Prefeitura Municipal de Nova Floresta, promovendo maior eficiência administrativa, transparência, inovação, sustentabilidade fiscal e melhoria contínua da prestação dos serviços públicos.

MENSAGEM DO PREFEITO

É com grande satisfação que apresentamos à população de Nova Floresta o Plano Estratégico Institucional 2026–2029, documento que representa o compromisso da nossa gestão com o planejamento, a responsabilidade administrativa, a inovação e a construção de um município cada vez mais desenvolvido, inclusivo e preparado para os desafios do futuro.

Planejar é uma das mais importantes responsabilidades da administração pública. Mais do que definir ações para os próximos anos, este Plano estabelece uma visão de longo prazo para o Município, orientando a atuação de todas as Secretarias Municipais na busca por resultados concretos que promovam a melhoria da qualidade de vida da nossa população.

Construído de forma integrada ao Plano Plurianual 2026–2029 e aos demais instrumentos de planejamento governamental, este documento reúne diretrizes, objetivos estratégicos, metas, indicadores e projetos prioritários que nortearão as políticas públicas municipais durante este ciclo de gestão.

Nosso propósito é fortalecer uma administração pública moderna, eficiente, transparente e comprometida com resultados. Para isso, buscamos consolidar uma cultura de planejamento, monitoramento e avaliação permanente, assegurando que cada investimento realizado gere benefícios efetivos para a população e contribua para o desenvolvimento sustentável de Nova Floresta.

Este Plano reafirma o compromisso da gestão municipal com a responsabilidade fiscal, a inovação administrativa, a valorização dos servidores públicos, a participação social e a melhoria contínua dos serviços prestados nas áreas de saúde, educação, assistência social, infraestrutura, agricultura, turismo, cultura, esporte, desenvolvimento econômico e gestão pública.

Acreditamos que o desenvolvimento de um município somente é possível quando existe união entre governo, servidores públicos, Poder Legislativo, conselhos municipais, instituições parceiras, iniciativa privada e toda a sociedade. Por isso, este Plano também fortalece os mecanismos de governança, transparência e participação cidadã, permitindo que a população acompanhe a execução das ações e os resultados alcançados.

Tenho convicção de que este instrumento será uma importante referência para a Administração Municipal, contribuindo para uma gestão cada vez mais eficiente, responsável e comprometida com o interesse público.

Renovo o compromisso da nossa gestão de continuar trabalhando com dedicação, responsabilidade e diálogo permanente, buscando construir uma Nova Floresta cada vez mais justa, desenvolvida e acolhedora para todos.

Agradeço a todos os servidores, gestores, equipes técnicas e instituições que contribuíram para a elaboração deste Plano Estratégico Institucional, reafirmando que o planejamento é o caminho mais seguro para transformar desafios em oportunidades e promover o desenvolvimento sustentável do nosso município.

José Iran dos Santos

Prefeito Constitucional de Nova Floresta – PB

Sumário

<i>FICHA TÉCNICA</i>	2
<i>APRESENTAÇÃO</i>	4
<i>MENSAGEM DO PREFEITO</i>	5
<i>1. BASE LEGAL E METODOLÓGICA</i>	10
<i>2. METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO DO PLANO</i>	12
<i>3. IDENTIDADE ORGANIZACIONAL</i>	17
<i>4. Arquitetura Estratégica do Plano</i>	21
<i>5. DIAGNÓSTICO INSTITUCIONAL</i>	22
5.1 Caracterização do Município	22
5.2 Perfil Socioeconômico	24
5.3 Estrutura Administrativa.....	25
5.4 Situação Fiscal e Financeira	25
5.5 Capacidade Institucional	25
5.6 Transformação Digital.....	26
5.7 Potencialidades e Desafios	26
<i>6. ANÁLISE ESTRATÉGICA DO AMBIENTE (MATRIZ SWOT)</i>	27
6.1 Matriz SWOT	27
6.2 Análise dos Fatores Internos	29
6.3 Análise do Ambiente Externo	29
6.4 Implicações Estratégicas	30
<i>7. CENÁRIOS PROSPECTIVOS</i>	32
7.1 Cenário Atual.....	32
7.2 Cenário Tendencial	33
7.3 Cenário Desejado (2029).....	33
7.4 Fatores Críticos de Sucesso.....	34
<i>8. MAPA ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL</i>	36
8.1 Estrutura do Balanced Scorecard	36
8.2 Mapa Estratégico	37
8.3 Relação entre as Perspectivas	38
<i>9. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS</i>	40
9.1 Perspectiva Sociedade	40

9.2	Perspectiva Processos Internos.....	41
9.3	Perspectiva Pessoas e Inovação	42
9.4	Perspectiva Sustentabilidade Fiscal.....	43
9.5	Integração dos Objetivos Estratégicos	44
10.	<i>EIXOS ESTRATÉGICOS</i>	45
10.1	EIXO I – GOVERNANÇA, GESTÃO PÚBLICA E SUSTENTABILIDADE FISCAL....	45
10.2	EIXO II – SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA.....	46
10.3	EIXO III – EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO HUMANO	47
10.4	EIXO IV – INFRAESTRUTURA, DESENVOLVIMENTO URBANO E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	49
10.5	EIXO V – DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, EMPREENDEDORISMO, AGRICULTURA E TURISMO.....	50
10.6	EIXO VI – ASSISTÊNCIA SOCIAL, INCLUSÃO E PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS	52
10.7	EIXO VII – TRANSFORMAÇÃO DIGITAL, INOVAÇÃO E GOVERNO INTELIGENTE	53
11.	<i>PORTFÓLIO DE PROJETOS ESTRATÉGICOS</i>	56
11.1	Apresentação	56
11.2	Critérios para Seleção dos Projetos Estratégicos	56
11.3	Portfólio Consolidado de Projetos Estratégicos	57
11.4	Classificação dos Projetos	58
11.5	Gestão do Portfólio	59
11.6	Integração com o Planejamento Municipal	59
12.	<i>MATRIZ CONSOLIDADA DE INDICADORES ESTRATÉGICOS</i>	60
12.1	Apresentação	60
12.2	Metodologia.....	60
12.3	Matriz Consolidada de Indicadores.....	61
12.4	Utilização dos Indicadores	63
12.5	Revisão da Matriz de Indicadores	63
13.	<i>MATRIZ DE ALINHAMENTO ESTRATÉGICO</i>	64
13.1	Apresentação	64
13.2	Estrutura da Matriz	64



13.3	Matriz Consolidada de Alinhamento Estratégico	64
13.4	Integração com o Sistema Municipal de Planejamento	65
13.5	Benefícios da Matriz de Alinhamento Estratégico	66
14.	<i>MATRIZ DE RISCOS ESTRATÉGICOS.....</i>	<i>67</i>
14.1	Apresentação.....	67
14.2	Metodologia.....	67
14.3	Matriz de Riscos Estratégicos	68
14.4	Tratamento dos Riscos.....	69
14.5	Revisão da Matriz de Riscos	69
15.	<i>GOVERNANÇA DO PLANO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL.....</i>	<i>70</i>
15.1	Apresentação	70
15.2	Estrutura de Governança	70
15.3	Competências Institucionais.....	70
15.4	Fluxo de Governança.....	72
15.5	Processo Decisório.....	73
15.6	Transparência e Prestação de Contas	73
16.	<i>MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS.....</i>	<i>74</i>
16.1	Apresentação.....	74
16.2	Sistema Municipal de Monitoramento Estratégico	74
16.3	Objetivos do Monitoramento.....	75
16.4	Instrumentos de Monitoramento	75
16.5	Periodicidade do Monitoramento.....	76
16.6	Avaliação Estratégica	76
16.7	Prestação de Contas e Transparência	76
17.	<i>GESTÃO DE RISCOS E CONTROLE ESTRATÉGICO</i>	<i>78</i>
17.1	Finalidade	78
17.2	Objetivos da Gestão de Riscos.....	78
17.3	Processo de Gestão de Riscos	78
17.4	Classificação dos Riscos.....	80
17.5	Monitoramento dos Riscos	80
17.6	Plano de Resposta aos Riscos	81



17.7	Integração com a Governança Municipal.....	81
17.8	Disposições Gerais.....	81
18.	<i>COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL, TRANSPARÊNCIA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL</i>	<i>82</i>
18.1	Finalidade.....	82
18.2	Objetivos.....	82
18.3	Diretrizes.....	82
18.4	Instrumentos de Comunicação.....	83
18.5	Transparência Ativa.....	84
18.6	Participação Social.....	84
18.7	Prestação de Contas à Sociedade.....	85
18.8	Comunicação Interna.....	85
18.9	Avaliação da Comunicação.....	85
19.	<i>IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO</i>	<i>86</i>
19.1	Implementação.....	86
19.2	Diretrizes para Implementação.....	86
19.3	Estrutura de Execução.....	86
19.4	Integração com os Instrumentos de Planejamento.....	87
19.5	Cronograma de Implementação.....	87
19.6	Fatores Críticos de Sucesso.....	88
19.7	Revisão e Atualização.....	88
19.8	Disposições Operacionais.....	88
20.	<i>DISPOSIÇÕES FINAIS</i>	<i>89</i>
20.1	Vigência.....	89
20.2	Natureza do Plano.....	89
20.3	Integração com os Instrumentos de Planejamento.....	89
20.4	Responsabilidades.....	90
20.5	Revisão e Atualização.....	90
20.6	Transparência e Publicidade.....	90
20.7	Compromisso Institucional.....	90
20.8	Encerramento.....	91
	<i>REFERÊNCIAS.....</i>	<i>92</i>



1. BASE LEGAL E METODOLÓGICA

O Plano Estratégico Institucional (PEI) do Município de Nova Floresta fundamenta-se no ordenamento jurídico brasileiro e nas boas práticas de planejamento, governança e gestão pública, constituindo instrumento de orientação estratégica para a Administração Pública Municipal no período de 2026 a 2029.

Sua elaboração observa os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, transparência, participação social e responsabilidade na gestão fiscal, buscando assegurar que as políticas públicas municipais sejam planejadas, executadas, monitoradas e avaliadas de forma integrada e orientada para resultados.

O presente Plano está alinhado aos instrumentos de planejamento governamental previstos na Constituição Federal, especialmente ao Plano Plurianual (PPA), à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e à Lei Orçamentária Anual (LOA), garantindo a coerência entre as diretrizes estratégicas da Administração Municipal e a programação orçamentária necessária à sua implementação.

Além da legislação aplicável, o Plano adota referenciais contemporâneos de governança pública, planejamento estratégico e gestão por resultados, promovendo a integração entre planejamento institucional, execução orçamentária, monitoramento de indicadores, gestão de riscos, inovação e transformação digital.

Sua elaboração também considera os compromissos assumidos pelo Município perante programas e políticas públicas de âmbito estadual, nacional e internacional, fortalecendo a capacidade institucional da Prefeitura Municipal de Nova Floresta e contribuindo para o desenvolvimento sustentável do território.

Base Jurídica



O Plano Estratégico Institucional encontra respaldo, entre outros, nos seguintes instrumentos normativos:

- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);
- Lei Orgânica do Município de Nova Floresta;
- Plano Plurianual do Município de Nova Floresta – PPA 2026–2029 (Lei Municipal nº 1.282/2025);
- Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO);
- Lei Orçamentária Anual (LOA);
- Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei Federal nº 8.069/1990);
- Marco Legal da Primeira Infância (Lei Federal nº 13.257/2016);
- Legislações municipais relacionadas aos planos setoriais vigentes.

Integração com os Instrumentos de Planejamento

O Plano Estratégico Institucional constitui o instrumento orientador da gestão municipal, estabelecendo as prioridades estratégicas que serão operacionalizadas por meio dos demais instrumentos de planejamento e gestão.

Nesse contexto, o PEI articula-se diretamente com:

- Plano Plurianual (PPA) 2026–2029;
- Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO);
- Lei Orçamentária Anual (LOA);
- Agenda Transversal da Criança e do Adolescente (ATCA);
- Plano Municipal de Turismo;
- Plano Municipal da Primeira Infância;
- Plano Municipal de Saúde;
- Plano Municipal de Educação;
- Plano Municipal de Assistência Social;
- demais planos e programas estratégicos da Administração Municipal.

Essa integração assegura que os objetivos estratégicos definidos neste Plano sejam desdobrados em programas, projetos, ações e metas, garantindo coerência entre planejamento, orçamento e execução das políticas públicas.

2. METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO DO PLANO

O Plano Estratégico Institucional (PEI) do Município de Nova Floresta foi elaborado com base em metodologias contemporâneas de planejamento governamental, gestão pública e governança, buscando integrar os instrumentos de planejamento municipal e orientar a atuação da Administração Pública para a geração de valor público.

Sua construção foi fundamentada em uma abordagem participativa, sistêmica e orientada para resultados, considerando as características do Município, suas capacidades institucionais, as prioridades da gestão municipal e os desafios relacionados ao desenvolvimento sustentável.

A metodologia adotada buscou assegurar que os objetivos estratégicos definidos fossem compatíveis com a realidade administrativa e financeira do Município, permitindo sua implementação de forma gradual, monitorada e alinhada às políticas públicas já existentes.

O processo de elaboração foi estruturado em etapas sucessivas, permitindo a consolidação de um planejamento integrado, consistente e voltado para a melhoria contínua da gestão pública.

Etapas de Elaboração

A elaboração do Plano Estratégico Institucional compreendeu as seguintes etapas:

I – Levantamento de Informações

Consistiu na coleta e sistematização das informações institucionais, administrativas, financeiras, socioeconômicas e territoriais do Município, utilizando dados provenientes dos sistemas oficiais, dos instrumentos municipais de planejamento e dos diagnósticos setoriais.

Foram considerados, entre outros, o Plano Plurianual (PPA) 2026–2029, os planos municipais

vigentes, indicadores oficiais, dados orçamentários, informações produzidas pelas secretarias municipais e demais documentos estratégicos da Administração Pública.

II – Diagnóstico Institucional

Nesta etapa foi realizada a análise da situação atual do Município, identificando potencialidades, fragilidades, oportunidades e desafios relacionados à gestão pública municipal.

O diagnóstico contemplou aspectos institucionais, administrativos, financeiros, sociais, econômicos, ambientais e tecnológicos, permitindo compreender a capacidade de atuação da Administração Municipal e subsidiar a definição das prioridades estratégicas.

III – Construção da Estratégia

Com base no diagnóstico institucional foram definidos:

- missão institucional;
- visão de futuro;
- valores organizacionais;
- princípios de governança;
- objetivos estratégicos;
- eixos estratégicos;
- projetos prioritários;
- indicadores de desempenho.

A construção da estratégia observou a integração entre planejamento institucional, planejamento orçamentário e planejamento das políticas públicas municipais.

IV – Integração com o Planejamento Governamental

Os objetivos estratégicos foram vinculados aos programas, ações e metas previstos no Plano Plurianual (PPA), assegurando coerência entre estratégia, orçamento e execução das políticas públicas.

Também foram considerados os planos setoriais vigentes, permitindo que o Plano Estratégico Institucional funcionasse como instrumento integrador da gestão municipal.

V – Estruturação dos Instrumentos de Monitoramento

Foram definidos indicadores de desempenho, metas, mecanismos de monitoramento, responsabilidades institucionais e procedimentos de avaliação, possibilitando o

acompanhamento sistemático da implementação do Plano.

A metodologia prevê revisões periódicas dos resultados, permitindo ajustes sempre que necessários para assegurar o alcance dos objetivos estratégicos.

Referenciais Metodológicos

A elaboração do Plano Estratégico Institucional baseia-se em metodologias amplamente reconhecidas na administração pública brasileira, destacando-se:

- Gestão Estratégica por Resultados;
- Governança Pública;
- Gestão de Processos;
- Gestão de Riscos;
- Planejamento Governamental Integrado;
- Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030;
- Melhoria Contínua e inovação na gestão pública.

Princípios Metodológicos

O processo de elaboração e implementação do Plano observará os seguintes princípios:

- integração entre planejamento e orçamento;
- foco na geração de valor público;
- orientação para resultados;
- transparência e prestação de contas;
- participação social;
- cooperação intersetorial;
- inovação na gestão pública;
- responsabilidade fiscal;
- monitoramento contínuo;
- melhoria permanente dos serviços públicos.

Estrutura de Implementação

O Plano Estratégico Institucional será implementado de forma articulada entre todas as



secretarias municipais, sob coordenação da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão Fiscal e supervisão do Chefe do Poder Executivo.

Sua execução observará os ciclos anuais de planejamento, monitoramento e avaliação, permitindo que as ações estratégicas sejam continuamente aperfeiçoadas conforme os resultados alcançados.



Figura 1 – Metodologia de Elaboração do Plano Estratégico Institucional



Fonte: Elaboração própria. Prefeitura Municipal de Nova Floresta – PB (2026).

3. IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

A Identidade Organizacional expressa os fundamentos que orientam a atuação da Prefeitura Municipal de Nova Floresta, estabelecendo o propósito institucional, a visão de futuro, os valores e as diretrizes estratégicas que nortearão a Administração Pública durante a vigência deste Plano Estratégico Institucional.

Esses elementos representam o compromisso da gestão municipal com a excelência na prestação dos serviços públicos, o desenvolvimento sustentável do Município e a promoção do bem-estar da população, constituindo referência para o planejamento, a tomada de decisão e a execução das políticas públicas.

Ao definir sua identidade organizacional, o Município reafirma seu compromisso com uma administração pública eficiente, transparente, inovadora e orientada para resultados, fortalecendo a capacidade institucional da Prefeitura e consolidando uma cultura de planejamento integrada ao desenvolvimento local.

Missão

Promover o desenvolvimento sustentável de Nova Floresta por meio de uma gestão pública eficiente, transparente, inovadora e responsável, assegurando serviços públicos de qualidade, fortalecimento da cidadania, desenvolvimento econômico, inclusão social e melhoria contínua da qualidade de vida da população.

Visão

Ser reconhecida, até 2029, como referência entre os municípios paraibanos em gestão pública moderna, transparente e inovadora, destacando-se pela excelência administrativa, responsabilidade fiscal, transformação digital, valorização das pessoas e efetividade das políticas públicas.

Valores Institucionais

A atuação da Administração Pública Municipal será pautada pelos seguintes valores:



- Ética e integridade;
- Transparência;
- Compromisso com o interesse público;
- Responsabilidade fiscal;
- Eficiência;
- Inovação;
- Sustentabilidade;
- Humanização;
- Cooperação institucional;
- Participação social;
- Respeito às pessoas;
- Valorização dos servidores públicos.

Diretrizes Estratégicas

As Diretrizes Estratégicas representam os grandes direcionadores da atuação governamental e estabelecem as áreas prioritárias de desenvolvimento da Administração Municipal durante a vigência deste Plano. Cada diretriz corresponde a um Eixo Estratégico que será detalhado nos capítulos seguintes, assegurando coerência entre o planejamento institucional, os objetivos estratégicos, os projetos prioritários e os indicadores de desempenho.

I – Governança, Gestão Pública e Sustentabilidade Fiscal

Fortalecer a capacidade institucional da Prefeitura por meio do aperfeiçoamento da governança, da gestão por resultados, da responsabilidade fiscal, da transparência, da integridade e da melhoria contínua dos processos administrativos.

Correspondência: Eixo Estratégico 1.

II – Saúde e Qualidade de Vida

Promover políticas públicas voltadas à prevenção, promoção e recuperação da saúde, fortalecendo a Atenção Primária, ampliando o acesso aos serviços públicos e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população.

Correspondência: Eixo Estratégico 2.



III – Educação e Desenvolvimento Humano

Fortalecer a educação pública municipal, promovendo aprendizagem de qualidade, inclusão, valorização da primeira infância, cultura, esporte e desenvolvimento das potencialidades humanas.

Correspondência: Eixo Estratégico 3.

IV – Infraestrutura, Desenvolvimento Urbano e Sustentabilidade Ambiental

Planejar e executar ações voltadas à melhoria da infraestrutura urbana e rural, mobilidade, saneamento, habitação, preservação ambiental e desenvolvimento sustentável do território.

Correspondência: Eixo Estratégico 4.

V – Desenvolvimento Econômico, Agricultura, Turismo e Inovação

Estimular o desenvolvimento econômico sustentável, fortalecendo o empreendedorismo, a agricultura, o turismo, a inovação e a geração de emprego e renda.

Correspondência: Eixo Estratégico 5.

VI – Proteção Social, Inclusão e Direitos Humanos

Fortalecer as políticas públicas de assistência social, inclusão, promoção da cidadania e garantia de direitos, com especial atenção aos grupos em situação de vulnerabilidade social.

Correspondência: Eixo Estratégico 6.

VII – Transformação Digital e Governo Inteligente

Promover a modernização da Administração Pública mediante a utilização de tecnologias digitais, integração de sistemas, gestão da informação, inovação e ampliação dos serviços públicos digitais.

Correspondência: Eixo Estratégico 7.

Figura 2 – Estrutura do Direcionamento Estratégico Institucional



Fonte: Elaboração própria. Prefeitura Municipal de Nova Floresta – PB (2026).

4. Arquitetura Estratégica do Plano

Figura 3 – Arquitetura Estratégica do Plano



Fonte: Elaboração própria. Prefeitura Municipal de Nova Floresta – PB (2026).

5. DIAGNÓSTICO INSTITUCIONAL

O Diagnóstico Institucional constitui a base técnica do Plano Estratégico Institucional do Município de Nova Floresta. Seu propósito é identificar as características do território, a capacidade institucional da Administração Municipal, os principais desafios ao desenvolvimento local e as potencialidades existentes, subsidiando a definição dos objetivos, eixos estratégicos, projetos prioritários e indicadores de desempenho.

A elaboração deste diagnóstico fundamentou-se na análise de informações provenientes do Plano Plurianual 2026–2029, dos planos setoriais municipais, dos sistemas oficiais de informação, de indicadores socioeconômicos e fiscais, bem como dos instrumentos de planejamento e gestão adotados pela Administração Municipal.

A análise foi organizada em dimensões estratégicas que representam os principais campos de atuação do poder público municipal, permitindo compreender a realidade local de forma integrada e orientar a formulação de políticas públicas baseadas em evidências.

5.1 Caracterização do Município

O Município de Nova Floresta integra a Região Geográfica Imediata de Cuité, na Mesorregião da Borborema e na Microrregião do Curimataú Ocidental, no Estado da Paraíba. Em razão de sua localização estratégica próxima às divisas com os estados do Rio Grande do Norte e Pernambuco, estabelece intensa interação territorial com municípios vizinhos, favorecendo a circulação de pessoas, bens e serviços, o desenvolvimento do comércio regional, do turismo e das relações institucionais, configurando-se como importante ponto de articulação intermunicipal e interestadual.

A localização geográfica de Nova Floresta constitui um ativo estratégico para o desenvolvimento regional, possibilitando a ampliação de parcerias intermunicipais e interestaduais, a atração de investimentos, o fortalecimento do turismo e a integração de políticas públicas nas áreas de saúde, educação, infraestrutura, desenvolvimento econômico e meio ambiente.

Sua formação histórica está diretamente relacionada ao desenvolvimento das atividades agrícolas, comerciais e religiosas, consolidando-se ao longo do tempo como importante centro urbano regional. Atualmente, o Município apresenta perfil econômico diversificado, com predominância do setor de serviços, administração pública, comércio, agricultura familiar e

crecente potencial para o turismo cultural, religioso e de experiências.

A administração municipal exerce papel fundamental na dinâmica econômica local, sendo responsável pela prestação de serviços essenciais à população e pela indução de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sustentável.

Nova Floresta possui localização privilegiada no Curimataú Paraibano, patrimônio histórico-cultural consolidado, expressivo calendário de eventos, riqueza ambiental e potencial para ampliação das atividades turísticas, fatores que contribuem para sua inserção nas estratégias regionais de desenvolvimento.

Quadro 1 – Caracterização Geral do Município

Indicador	Valor	Fonte
Estado	Paraíba	IBGE
Região Geográfica Imediata	Cuité	IBGE
Região Geográfica Intermediária	Campina Grande	IBGE
Área Territorial (2025)	47,572km ²	IBGE
População (Censo 2022)	9.724 habitantes	IBGE
População Estimada (2025)	9.840 habitantes	IBGE
Densidade Demográfica	204,41 hab./km ²	IBGE
Data de Emancipação	30 de abril de 1959	Prefeitura
Gentílico	Nova-florestense	IBGE

Fonte: IBGE e Prefeitura Municipal de Nova Floresta.

Quadro 2 – Principais Indicadores Estratégicos do Município

Indicador	Valor	Fonte
IDHM (2010)	0,601	PNUD
PIB per capita (2023)	R\$ 11.821,79	IBGE
IFDM Geral (2023)	0,5185	FIRJAN
Receita Corrente Líquida	R\$ 58.264.559,61	Prefeitura
Cobertura da Atenção Primária	177,84%	Ministério da Saúde

Indicador	Valor	Fonte
IDEB – Anos Iniciais (2023)	5,3	INEP
IDEB – Anos Finais (2023)	4,7	INEP

Fonte: IBGE, PNUD, FIRJAN, INEP, Ministério da Saúde e Prefeitura Municipal de Nova Floresta.

Quadro 3 – Instrumentos Estratégicos Vigentes no Município

Instrumento	Vigência
Plano Plurianual (PPA)	2026–2029
Plano Estratégico Institucional (PEI)	2026–2029
Agenda Transversal da Criança e do Adolescente (ATCA)	2026–2029
Plano Municipal de Assistência Social	2025-2029
Plano Municipal de Saúde	2026-2029
Plano Municipal de Educação	2026-2036
Plano Municipal da Primeira Infância	Em elaboração
Plano Municipal de Turismo	Em elaboração

Fonte: Prefeitura Municipal de Nova Floresta.

5.2 Perfil Socioeconômico

O desenvolvimento socioeconômico do Município apresenta estreita relação com a capacidade da Administração Pública em promover políticas voltadas à geração de emprego, fortalecimento do ambiente de negócios, melhoria da infraestrutura e ampliação das oportunidades para a população.

Nos últimos anos, observa-se fortalecimento gradual das iniciativas voltadas ao empreendedorismo, à agricultura familiar, ao turismo e à qualificação dos serviços públicos, criando condições favoráveis para o desenvolvimento econômico local.

Entretanto, persistem desafios relacionados à ampliação da arrecadação própria, diversificação da base econômica, atração de investimentos e geração de emprego formal,

exigindo políticas públicas integradas e articuladas com os setores produtivos.

5.3 Estrutura Administrativa

A Prefeitura Municipal possui estrutura organizacional composta por secretarias responsáveis pela formulação, coordenação e execução das políticas públicas municipais.

A organização administrativa busca assegurar a prestação eficiente dos serviços públicos, observando os princípios da legalidade, eficiência, economicidade e transparência.

Nos últimos anos, o Município iniciou um processo de modernização administrativa, destacando-se:

- implantação do sistema eletrônico de processos administrativos (1Doc);
- adesão ao Contrata+Brasil;
- adesão ao Sistema Nacional de Gestão de Informações Territoriais (SINTER);
- fortalecimento da Sala do Empreendedor;
- ampliação da digitalização de processos internos;
- fortalecimento do planejamento estratégico municipal.

Essas iniciativas demonstram o compromisso institucional com a inovação, a melhoria da gestão pública e a transformação digital.

5.4 Situação Fiscal e Financeira

A sustentabilidade fiscal constitui condição indispensável para a implementação das políticas públicas previstas neste Plano Estratégico.

O Município vem adotando medidas voltadas ao fortalecimento do equilíbrio das contas públicas, à melhoria da arrecadação própria, ao aperfeiçoamento da gestão tributária e ao controle das despesas públicas.

A integração entre planejamento estratégico, orçamento e gestão financeira permite maior racionalidade na aplicação dos recursos públicos, ampliando a capacidade de investimento da Administração Municipal.

5.5 Capacidade Institucional

A Administração Municipal possui capacidade técnica crescente para formulação, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas.



A elaboração do Plano Plurianual 2026–2029, da Agenda Transversal da Criança e do Adolescente e do presente Plano Estratégico Institucional evidencia o fortalecimento da cultura de planejamento e da gestão orientada por resultados.

A consolidação desses instrumentos representa importante avanço institucional, permitindo maior integração entre planejamento, orçamento, monitoramento e avaliação das ações governamentais.

5.6 Transformação Digital

A transformação digital representa um dos principais vetores de modernização da Administração Pública Municipal.

Nesse contexto, destacam-se iniciativas voltadas à digitalização dos processos administrativos, ampliação da transparência, integração de sistemas de informação e melhoria da prestação de serviços ao cidadão.

A adoção de plataformas digitais, aliada ao fortalecimento da governança da informação e da inovação tecnológica, contribui para o aumento da eficiência administrativa e da qualidade dos serviços públicos.

5.7 Potencialidades e Desafios

O Município apresenta importantes potencialidades relacionadas à sua localização geográfica, capacidade institucional, patrimônio cultural, desenvolvimento do turismo, fortalecimento da agricultura familiar e modernização da gestão pública.

Por outro lado, persistem desafios associados à ampliação da arrecadação própria, diversificação econômica, melhoria contínua da infraestrutura urbana, expansão da transformação digital e fortalecimento da capacidade administrativa.

O enfrentamento desses desafios constitui elemento central para a implementação das estratégias estabelecidas neste Plano.

6. ANÁLISE ESTRATÉGICA DO AMBIENTE (MATRIZ SWOT)

A Análise Estratégica do Ambiente constitui uma ferramenta de apoio ao planejamento institucional utilizada para identificar os principais fatores internos e externos que influenciam a capacidade da Administração Pública Municipal de alcançar seus objetivos estratégicos.

A metodologia SWOT (Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats) possibilita avaliar as forças e fraquezas da organização, bem como as oportunidades e ameaças presentes no ambiente externo, subsidiando a formulação das estratégias institucionais e a definição das prioridades governamentais.

A presente análise foi elaborada com base no diagnóstico institucional, nos instrumentos de planejamento municipal, nos indicadores socioeconômicos, fiscais e administrativos e na realidade observada durante o processo de elaboração deste Plano Estratégico Institucional.

Seu objetivo é identificar fatores que possam potencializar o desenvolvimento do Município e, simultaneamente, evidenciar aspectos que demandam atenção da Administração Pública para garantir maior eficiência, sustentabilidade e geração de valor público.

6.1 Matriz SWOT

Quadro 4 – Matriz SWOT do Município de Nova Floresta

AMBIENTE INTERNO	
FORÇAS	FRAQUEZAS
Planejamento institucional consolidado (PPA, PEI, ATCA e planos setoriais).	Baixa arrecadação tributária própria.
Localização estratégica entre Paraíba, Rio Grande do Norte e Pernambuco.	Elevada dependência das transferências constitucionais e voluntárias.
Boa cobertura da Atenção Primária à Saúde.	Estrutura administrativa reduzida para atender às crescentes demandas.
Gestão comprometida com inovação e planejamento.	Necessidade de ampliação da qualificação continuada dos servidores.
Transformação digital em andamento (1Doc,	Infraestrutura urbana ainda demandando

AMBIENTE INTERNO	
Contrata+Brasil e SINTER).	investimentos estruturantes.
Sala do Empreendedor fortalecida.	Baixa diversificação da base econômica municipal.
Patrimônio histórico, cultural e religioso consolidado.	Limitações tecnológicas em alguns setores da Administração Pública.
Potencial turístico em expansão.	Necessidade de maior utilização de indicadores e inteligência de dados na gestão.
Integração entre planejamento, orçamento e gestão.	Capacidade limitada de investimento com recursos próprios.

AMBIENTE EXTERNO	
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
Ampliação de programas federais e estaduais de financiamento.	Redução das transferências voluntárias e convênios.
Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).	Crescimento das despesas obrigatórias do Município.
Captação de recursos junto ao Ministério do Turismo.	Instabilidade econômica nacional.
Regionalização do turismo.	Eventos climáticos extremos e períodos prolongados de estiagem.
Crescimento do turismo rural e de experiências.	Êxodo da população jovem.
Expansão do Hotel Frau Müller como atrativo regional.	Redução da atividade econômica regional.
Consolidação do Canteiro Cheiro Verde como referência em turismo rural.	Oscilações na arrecadação pública.
Fortalecimento do empreendedorismo e da economia criativa.	Crescente demanda por serviços públicos sem expansão proporcional das receitas.



AMBIENTE EXTERNO	
Consórcios públicos e cooperação intermunicipal.	Mudanças legislativas e restrições fiscais.
Transformação digital e inteligência artificial aplicadas à gestão pública.	Dependência de recursos externos para investimentos estruturantes.

Fonte: Elaboração própria, com base no Diagnóstico Institucional e nos instrumentos de planejamento do Município (2026).

6.2 Análise dos Fatores Internos

A análise do ambiente interno demonstra que Nova Floresta apresenta importantes avanços institucionais, especialmente no fortalecimento da cultura de planejamento governamental, na modernização administrativa e na integração entre os instrumentos de gestão pública.

Destacam-se como principais forças a consolidação do Plano Plurianual, da Agenda Transversal da Criança e do Adolescente e do presente Plano Estratégico Institucional, que estruturam um sistema integrado de planejamento orientado para resultados.

Também merece destaque o processo de transformação digital em curso, com a implantação de soluções como o sistema eletrônico de processos administrativos (1Doc), a adesão ao Contrata+Brasil, ao Sistema Nacional de Gestão de Informações Territoriais (SINTER) e o fortalecimento da Sala do Empreendedor, iniciativas que contribuem para o aumento da eficiência administrativa e da transparência.

Por outro lado, permanecem desafios relacionados à sustentabilidade fiscal, à ampliação da arrecadação própria, à necessidade de investimentos em infraestrutura, à diversificação da economia local e ao fortalecimento contínuo da capacidade técnica da Administração Municipal.

6.3 Análise do Ambiente Externo

O ambiente externo apresenta oportunidades relevantes para o fortalecimento do desenvolvimento municipal, especialmente em razão da ampliação dos programas de investimentos públicos, da regionalização do turismo, da expansão das políticas de



transformação digital e do fortalecimento das parcerias intermunicipais e intergovernamentais. A localização estratégica de Nova Floresta, próxima às divisas da Paraíba, Rio Grande do Norte e Pernambuco, amplia as possibilidades de cooperação regional, favorecendo o comércio, o turismo, a prestação de serviços e a captação de investimentos.

Entretanto, fatores externos como restrições fiscais, instabilidade econômica, mudanças climáticas, crescimento das despesas obrigatórias e redução da capacidade de investimento dos entes federativos representam desafios que exigem planejamento, inovação e fortalecimento da governança pública.

6.4 Implicações Estratégicas

A análise SWOT evidencia que Nova Floresta reúne condições favoráveis para consolidar um modelo de gestão pública moderno, inovador e orientado para resultados. A existência de instrumentos estruturados de planejamento, aliada ao processo de modernização administrativa e às potencialidades econômicas e turísticas do Município, constitui importante base para a implementação das estratégias definidas neste Plano.

Por outro lado, o enfrentamento das limitações relacionadas à capacidade financeira, à diversificação econômica e à ampliação da eficiência administrativa exigirá ações integradas, monitoramento permanente e fortalecimento da cooperação entre as diversas áreas da Administração Pública.

As conclusões desta análise orientam a definição dos cenários prospectivos e fundamentam a construção dos eixos estratégicos, dos objetivos institucionais, dos projetos prioritários e dos indicadores de desempenho que compõem o presente Plano Estratégico Institucional.

Figura 4 – Modelo de Construção da Estratégia



Fonte: Elaboração própria. Prefeitura Municipal de Nova Floresta – PB (2026).

7. CENÁRIOS PROSPECTIVOS

Os cenários prospectivos representam uma ferramenta de planejamento estratégico utilizada para apoiar a tomada de decisão e orientar a formulação das políticas públicas de médio prazo. A partir do diagnóstico institucional e da análise estratégica do ambiente, os cenários permitem projetar diferentes possibilidades de evolução do Município, subsidiando a definição das prioridades governamentais e dos objetivos estratégicos estabelecidos neste Plano.

A construção dos cenários não constitui uma previsão exata do futuro, mas sim uma análise fundamentada nas tendências observadas, nas potencialidades identificadas, nos riscos existentes e nas oportunidades disponíveis para o desenvolvimento de Nova Floresta.

Neste Plano Estratégico Institucional foram considerados três cenários de referência: o cenário atual, o cenário tendencial e o cenário desejado, que servirão como base para a definição dos eixos estratégicos, dos projetos prioritários e dos indicadores de desempenho.

7.1 Cenário Atual

O Município de Nova Floresta apresenta avanços importantes no fortalecimento da gestão pública, especialmente no que se refere ao planejamento governamental, à organização institucional e à modernização administrativa. A elaboração do Plano Plurianual 2026–2029, da Agenda Transversal da Criança e do Adolescente (ATCA) e do presente Plano Estratégico Institucional evidencia a consolidação de uma cultura de planejamento orientada para resultados.

A Administração Municipal também vem investindo na transformação digital, por meio da implantação do sistema eletrônico de processos administrativos (1Doc), da adesão ao Contrata+Brasil, ao Sistema Nacional de Gestão de Informações Territoriais (SINTER) e do fortalecimento da Sala do Empreendedor, iniciativas que contribuem para maior eficiência administrativa, transparência e melhoria dos serviços públicos.

No campo social, destacam-se a elevada cobertura da Atenção Primária à Saúde, a ampliação das políticas voltadas à primeira infância e os avanços na articulação entre as áreas de saúde, educação e assistência social. No âmbito econômico, observa-se potencial para expansão do turismo, fortalecimento da agricultura familiar, incentivo ao empreendedorismo e desenvolvimento regional.



Entretanto, permanecem desafios relacionados à sustentabilidade fiscal, à dependência das transferências intergovernamentais, à necessidade de ampliação da arrecadação própria, à diversificação da economia local e ao fortalecimento contínuo da capacidade institucional da Administração Municipal.

7.2 Cenário Tendencial

Mantidas as atuais condições institucionais, econômicas e fiscais, o Município tende a apresentar evolução gradual dos indicadores de desenvolvimento, impulsionada pela continuidade das políticas públicas atualmente implementadas.

Nesse cenário, espera-se a manutenção dos avanços na prestação dos serviços públicos, na modernização administrativa e na transformação digital. Todavia, a capacidade de investimento permanecerá condicionada ao comportamento das receitas públicas e à disponibilidade de recursos provenientes de convênios, transferências voluntárias e programas federais e estaduais.

A ausência de medidas voltadas ao fortalecimento da arrecadação própria, à diversificação da economia e ao aumento da capacidade de investimento poderá limitar o ritmo de desenvolvimento municipal, comprometendo a expansão da infraestrutura urbana, dos serviços públicos e das oportunidades econômicas.

Esse cenário demonstra a importância da adoção de estratégias capazes de fortalecer a governança, ampliar a eficiência administrativa e promover o desenvolvimento sustentável de forma integrada.

7.3 Cenário Desejado (2029)

Ao final da vigência deste Plano Estratégico Institucional, Nova Floresta deverá consolidar-se como referência regional em gestão pública moderna, transparente, inovadora e orientada para resultados, com elevado grau de integração entre planejamento, orçamento e execução das políticas públicas.

Espera-se que o Município apresente administração pública mais eficiente, processos amplamente digitalizados, fortalecimento da governança institucional, maior capacidade de investimento e equilíbrio fiscal, assegurando melhores condições para a implementação das políticas públicas.

No campo econômico, projeta-se a ampliação do empreendedorismo, o fortalecimento da agricultura familiar, a consolidação do turismo como vetor de desenvolvimento local, a expansão da economia criativa e o aumento da geração de emprego e renda.

Na dimensão social, espera-se a melhoria contínua dos indicadores de saúde, educação, assistência social e desenvolvimento humano, garantindo maior qualidade de vida à população e reduzindo desigualdades sociais.

A consolidação desse cenário dependerá da implementação integrada das estratégias previstas neste Plano, da continuidade das políticas públicas estruturantes, do fortalecimento da capacidade institucional e da cooperação entre o Poder Público, a sociedade civil e os diversos atores do desenvolvimento municipal.

7.4 Fatores Críticos de Sucesso

O alcance do cenário desejado dependerá da atuação coordenada da Administração Municipal e do fortalecimento de fatores considerados essenciais para a implementação deste Plano Estratégico Institucional.

Constituem fatores críticos de sucesso:

- fortalecimento da governança pública e da gestão por resultados;
- manutenção do equilíbrio fiscal e financeiro;
- integração entre planejamento, orçamento e execução;
- modernização administrativa e transformação digital;
- qualificação permanente dos servidores públicos;
- ampliação da arrecadação própria e da capacidade de investimento;
- fortalecimento das políticas públicas de saúde, educação e assistência social;
- incentivo ao desenvolvimento econômico, ao empreendedorismo e ao turismo;
- ampliação da participação social e do controle social;
- monitoramento permanente dos indicadores estratégicos.

Quadro 5 – Síntese dos Cenários Prospectivos

Aspecto	Cenário Atual	Cenário Tendencial	Cenário Desejado (2029)
Governança	Planejamento	Consolidação	Gestão integrada, moderna

Aspecto	Cenário Atual	Cenário Tendencial	Cenário Desejado (2029)
	fortalecido e modernização em andamento	gradual	e orientada por resultados
Situação Fiscal	Equilíbrio com dependência de transferências	Evolução moderada	Maior arrecadação própria e capacidade de investimento
Transformação Digital	Digitalização em expansão	Ampliação gradual	Governo digital consolidado
Desenvolvimento Econômico	Comércio, agricultura e turismo em expansão	Crescimento moderado	Economia diversificada, turismo fortalecido e maior geração de empregos
Desenvolvimento Social	Bons indicadores sociais com desafios estruturais	Melhoria contínua	Serviços públicos mais eficientes e maior qualidade de vida
Gestão Pública	Planejamento institucional consolidado	Aperfeiçoamento progressivo	Administração pública de referência regional

Fonte: Elaboração própria (2026).

A análise dos cenários prospectivos demonstra que Nova Floresta reúne condições institucionais, administrativas e sociais favoráveis para consolidar um novo ciclo de desenvolvimento sustentável. O cenário desejado dependerá da implementação das estratégias definidas neste Plano, da continuidade das políticas públicas estruturantes, do fortalecimento da capacidade institucional e do monitoramento permanente dos resultados alcançados.



8. MAPA ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL

O Mapa Estratégico Institucional representa a síntese da estratégia da Administração Pública Municipal para o período de 2026 a 2029. Elaborado com base na metodologia do Balanced Scorecard (BSC), traduz a visão de futuro do Município em objetivos estratégicos organizados em perspectivas interdependentes, permitindo compreender como cada área da gestão pública contribui para a geração de valor público e para o desenvolvimento sustentável de Nova Floresta.

O Balanced Scorecard, originalmente desenvolvido para organizações privadas, foi adaptado à Administração Pública, priorizando a sociedade como principal destinatária das políticas públicas e estruturando a estratégia em perspectivas que integram pessoas, processos, sustentabilidade fiscal e resultados para a população.

No âmbito deste Plano Estratégico Institucional, o Mapa Estratégico constitui o principal instrumento de alinhamento entre planejamento, orçamento, gestão e monitoramento, permitindo que todas as ações governamentais estejam orientadas para o alcance da missão institucional e da visão de futuro estabelecidas pela Administração Municipal.

8.1 Estrutura do Balanced Scorecard

O Mapa Estratégico está estruturado em quatro perspectivas estratégicas, organizadas de forma integrada e interdependente.

Perspectiva Sociedade

Representa a finalidade maior da Administração Pública Municipal, concentrando os objetivos relacionados à melhoria da qualidade de vida da população, ao desenvolvimento sustentável, à inclusão social e à geração de valor público.

Perspectiva dos Processos Internos

Compreende os processos organizacionais necessários para garantir a eficiência da gestão pública, a qualidade dos serviços prestados, a inovação administrativa e a efetividade das políticas públicas.

Perspectiva de Pessoas e Inovação

Contempla o desenvolvimento das competências institucionais, a valorização dos servidores públicos, a transformação digital, a inovação e a modernização da Administração Municipal.

Perspectiva da Sustentabilidade Fiscal

Abrange os objetivos relacionados ao equilíbrio das contas públicas, ao fortalecimento da arrecadação, à eficiência do gasto público, à gestão orçamentária e à sustentabilidade financeira do Município.

8.2 Mapa Estratégico

Os objetivos estratégicos foram organizados conforme as quatro perspectivas do Balanced Scorecard.

Perspectiva Sociedade

Objetivo Estratégico 1: Promover o desenvolvimento sustentável e melhorar a qualidade de vida da população.

Objetivo Estratégico 2: Fortalecer as políticas públicas de saúde, educação, assistência social, cultura, esporte e proteção à infância.

Objetivo Estratégico 3: Impulsionar o desenvolvimento econômico, o turismo, a agricultura e a geração de emprego e renda.

Perspectiva Processos Internos

Objetivo Estratégico 4: Fortalecer a governança pública e a gestão por resultados.

Objetivo Estratégico 5: Modernizar os processos administrativos e ampliar a eficiência da gestão pública.

Objetivo Estratégico 6: Aprimorar o planejamento, o monitoramento e a avaliação das políticas públicas.

Perspectiva Pessoas e Inovação

Objetivo Estratégico 7: Valorizar os servidores públicos e desenvolver competências institucionais.

Objetivo Estratégico 8: Consolidar a transformação digital e o governo inteligente.

Objetivo Estratégico 9: Fortalecer a inovação e a cultura organizacional orientada para resultados.

Perspectiva Sustentabilidade Fiscal

Objetivo Estratégico 10: Garantir equilíbrio fiscal e sustentabilidade financeira.

Objetivo Estratégico 11: Fortalecer a arrecadação própria e ampliar a capacidade de investimento.

Objetivo Estratégico 12: Promover maior eficiência na aplicação dos recursos públicos.

8.3 Relação entre as Perspectivas

As quatro perspectivas apresentam relação de causa e efeito.

O fortalecimento da sustentabilidade fiscal permite ampliar os investimentos públicos e assegurar maior capacidade operacional da Administração Municipal.

A valorização das pessoas, associada à inovação e à transformação digital, contribui para o aperfeiçoamento dos processos internos.

A melhoria dos processos administrativos resulta em serviços públicos mais eficientes, fortalecendo as políticas públicas municipais.

Por fim, a integração dessas perspectivas possibilita maior geração de valor público, desenvolvimento sustentável e melhoria da qualidade de vida da população.

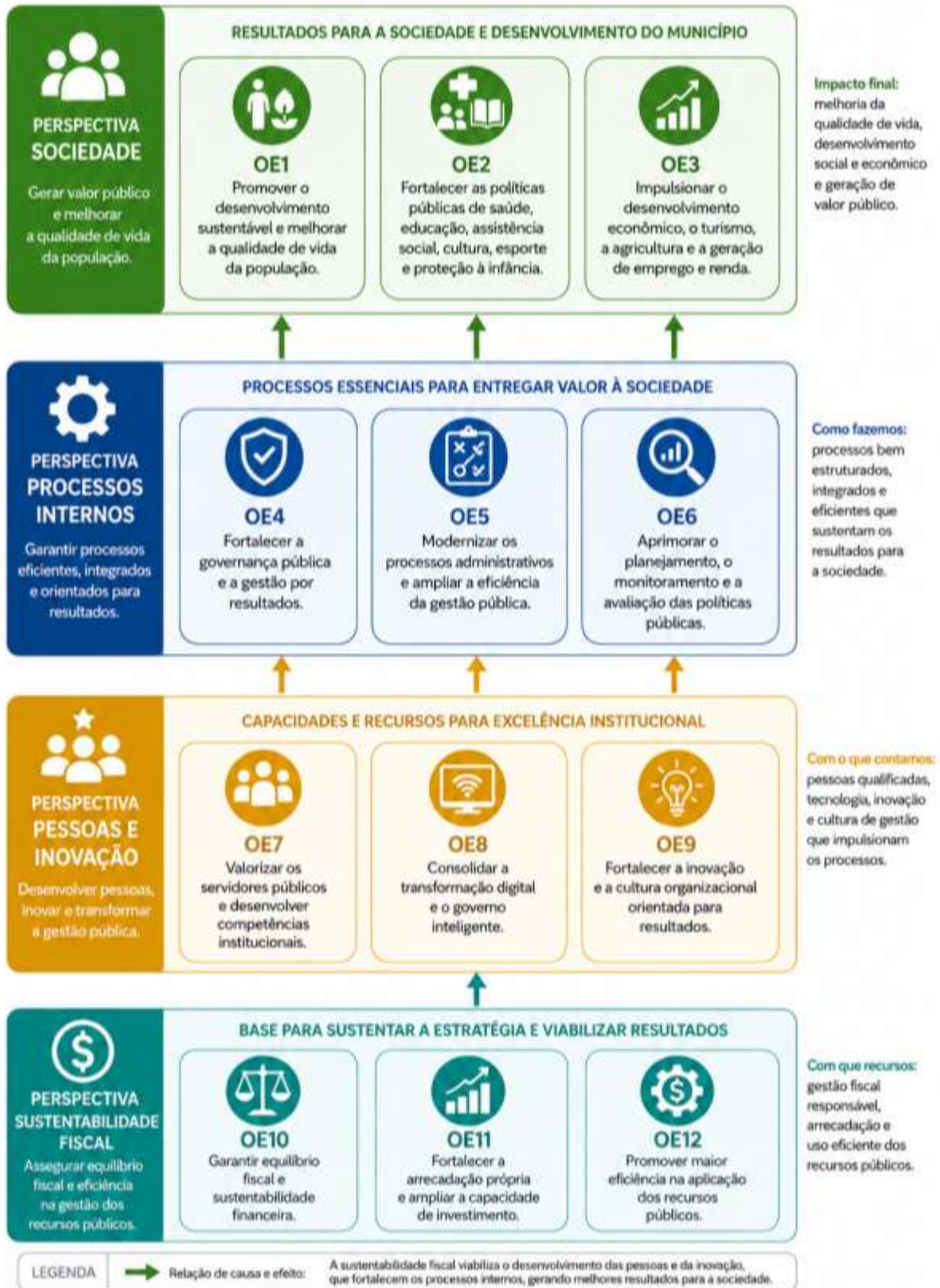
Quadro 6 – Perspectivas e Objetivos Estratégicos

Perspectiva	Objetivos Estratégicos
Sociedade	Desenvolvimento sustentável; Qualidade dos serviços públicos; Desenvolvimento econômico e social
Processos Internos	Governança; Gestão por resultados; Planejamento; Modernização administrativa
Pessoas e Inovação	Desenvolvimento de competências; Transformação digital; Inovação
Sustentabilidade Fiscal	Equilíbrio fiscal; Arrecadação; Eficiência do gasto público

Fonte: Elaboração própria (2026).

Figura 5 – Mapa Estratégico Institucional

Plano Estratégico Institucional – Município de Nova Floresta – PB (2026–2029)



Fonte: Elaboração própria. Prefeitura Municipal de Nova Floresta – PB (2026).

9. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Os Objetivos Estratégicos representam os resultados institucionais que a Administração Pública Municipal pretende alcançar durante a vigência do Plano Estratégico Institucional 2026–2029. Derivados do Mapa Estratégico Institucional e organizados segundo a metodologia do Balanced Scorecard (BSC), esses objetivos traduzem a estratégia da Prefeitura em direcionamentos concretos para a atuação governamental.

Cada objetivo estratégico expressa uma prioridade institucional e orienta a formulação dos eixos estratégicos, dos projetos prioritários, dos indicadores de desempenho e das metas que serão executados ao longo do período de vigência do Plano.

A definição desses objetivos foi fundamentada no diagnóstico institucional, na análise estratégica do ambiente (SWOT), nos cenários prospectivos e nas diretrizes estabelecidas pela Administração Municipal, assegurando alinhamento com o Plano Plurianual (PPA), os planos setoriais e os princípios da gestão pública orientada para resultados.

Os objetivos estratégicos encontram-se distribuídos nas quatro perspectivas do Balanced Scorecard, permitindo integrar sustentabilidade fiscal, desenvolvimento institucional, eficiência administrativa e geração de valor público para a sociedade.

9.1 Perspectiva Sociedade

Esta perspectiva reúne os objetivos voltados diretamente aos resultados que a Administração Municipal pretende gerar para a população, representando a finalidade maior da atuação governamental.

Objetivo Estratégico 1

Promover o desenvolvimento sustentável e melhorar a qualidade de vida da população.

Promover o desenvolvimento sustentável do Município mediante a integração das políticas públicas, garantindo melhores condições de vida à população por meio da ampliação do acesso aos serviços públicos, do fortalecimento do desenvolvimento econômico, da inclusão social e da preservação ambiental.

Resultados Esperados

- melhoria dos indicadores sociais;
- aumento da qualidade de vida;



- fortalecimento do desenvolvimento sustentável;
- redução das desigualdades.

Objetivo Estratégico 2

Fortalecer as políticas públicas de saúde, educação, assistência social, cultura, esporte e proteção à infância.

Aprimorar continuamente a qualidade, a eficiência e a integração das políticas públicas essenciais, assegurando atendimento humanizado, ampliação da cobertura dos serviços e melhoria dos indicadores de desenvolvimento humano.

Resultados Esperados

- melhoria dos indicadores de saúde;
- evolução dos indicadores educacionais;
- fortalecimento da proteção social;
- ampliação do atendimento à primeira infância.

Objetivo Estratégico 3

Impulsionar o desenvolvimento econômico, o turismo, a agricultura e a geração de emprego e renda.

Estimular o crescimento econômico sustentável mediante fortalecimento do empreendedorismo, incentivo à agricultura familiar, valorização do turismo local, atração de investimentos e ampliação das oportunidades de trabalho.

Resultados Esperados

- fortalecimento da economia local;
- expansão do turismo;
- aumento do empreendedorismo;
- crescimento da geração de emprego e renda.

9.2 Perspectiva Processos Internos

Esta perspectiva reúne os objetivos relacionados ao aperfeiçoamento dos processos administrativos e da gestão pública.

Objetivo Estratégico 4

Fortalecer a governança pública e a gestão por resultados.

Consolidar práticas modernas de governança, planejamento, monitoramento e avaliação, promovendo maior integração entre as áreas da Administração Municipal e fortalecendo a cultura da gestão baseada em evidências.

Objetivo Estratégico 5

Modernizar os processos administrativos e ampliar a eficiência da gestão pública.

Promover a revisão, simplificação, digitalização e integração dos processos administrativos, elevando a qualidade dos serviços públicos e reduzindo custos operacionais.

Objetivo Estratégico 6

Aprimorar o planejamento, o monitoramento e a avaliação das políticas públicas.

Fortalecer os instrumentos de planejamento governamental, ampliar a utilização de indicadores e consolidar mecanismos permanentes de acompanhamento e avaliação das ações municipais.

9.3 Perspectiva Pessoas e Inovação

Esta perspectiva contempla o fortalecimento do capital humano e da capacidade institucional da Administração Pública.

Objetivo Estratégico 7

Valorizar os servidores públicos e desenvolver competências institucionais.

Promover a qualificação permanente dos servidores, incentivar o desenvolvimento profissional e fortalecer as competências necessárias para uma gestão pública eficiente e inovadora.

Objetivo Estratégico 8

Consolidar a transformação digital e o governo inteligente.

Expandir a utilização de tecnologias digitais, integrar sistemas de informação, ampliar os serviços eletrônicos e fortalecer a gestão baseada em dados.

Objetivo Estratégico 9

Fortalecer a inovação e a cultura organizacional orientada para resultados.

Estimular a inovação, a melhoria contínua dos processos e a adoção de soluções criativas capazes de aumentar a eficiência administrativa e a geração de valor público.

9.4 Perspectiva Sustentabilidade Fiscal

Esta perspectiva reúne os objetivos relacionados ao equilíbrio financeiro e à sustentabilidade das políticas públicas.

Objetivo Estratégico 10

Garantir equilíbrio fiscal e sustentabilidade financeira.

Assegurar a estabilidade das finanças municipais mediante planejamento orçamentário, controle das despesas, responsabilidade fiscal e gestão eficiente dos recursos públicos.

Objetivo Estratégico 11

Fortalecer a arrecadação própria e ampliar a capacidade de investimento.

Modernizar a administração tributária municipal, ampliar a eficiência arrecadatória e aumentar a capacidade de financiamento das políticas públicas.

Objetivo Estratégico 12

Promover maior eficiência na aplicação dos recursos públicos.

Aprimorar os mecanismos de planejamento, execução e controle da despesa pública, assegurando economicidade, transparência e maximização dos resultados obtidos com os recursos municipais.

Quadro 7 – Consolidação dos Objetivos Estratégicos

Perspectiva	Objetivos Estratégicos
Sociedade	OE1 – Desenvolvimento sustentável; OE2 – Fortalecimento das políticas públicas; OE3 – Desenvolvimento econômico, turismo e geração de emprego e renda.
Processos Internos	OE4 – Governança pública; OE5 – Modernização administrativa; OE6 – Planejamento e monitoramento.

Perspectiva	Objetivos Estratégicos
Pessoas e Inovação	OE7 – Valorização dos servidores; OE8 – Transformação digital; OE9 – Cultura de inovação.
Sustentabilidade Fiscal	OE10 – Equilíbrio fiscal; OE11 – Fortalecimento da arrecadação; OE12 – Eficiência do gasto público.

Fonte: Elaboração própria. Prefeitura Municipal de Nova Floresta – PB (2026).

9.5 Integração dos Objetivos Estratégicos

Os Objetivos Estratégicos apresentados neste capítulo constituem o elo entre o Mapa Estratégico Institucional e os Eixos Estratégicos do Plano. A partir deles serão estruturados os programas, projetos, ações, indicadores e metas que orientarão a atuação da Administração Municipal ao longo do período de 2026 a 2029.

Cada objetivo será operacionalizado por meio dos eixos estratégicos constantes no capítulo seguinte, assegurando o alinhamento entre planejamento institucional, Plano Plurianual (PPA), execução orçamentária, monitoramento de indicadores e avaliação de resultados, fortalecendo uma gestão pública integrada, eficiente e orientada para a geração de valor público.

Figura 6 – Cadeia de Valor Estratégica



Fonte: Elaboração própria. Prefeitura Municipal de Nova Floresta – PB (2026).



10. EIXOS ESTRATÉGICOS

Os Eixos Estratégicos constituem o núcleo executivo do Plano Estratégico Institucional, traduzindo a estratégia definida nos capítulos anteriores em diretrizes de atuação governamental, programas estruturantes, projetos prioritários, indicadores de desempenho e metas a serem alcançadas no período de 2026 a 2029.

Cada eixo representa uma área estratégica da Administração Municipal, organizada de forma integrada e alinhada aos Objetivos Estratégicos, ao Plano Plurianual (PPA) 2026–2029, à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), à Lei Orçamentária Anual (LOA), aos planos setoriais vigentes e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030.

A estruturação dos eixos busca assegurar que todas as ações governamentais estejam orientadas para a geração de valor público, promovendo maior eficiência administrativa, integração entre as políticas públicas, racionalização da aplicação dos recursos públicos e melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados à população.

Cada eixo contempla o diagnóstico da área, os objetivos estratégicos relacionados, os programas e ações do Plano Plurianual, os projetos prioritários, os indicadores de desempenho, as metas institucionais, os responsáveis pela execução e os mecanismos de monitoramento e avaliação, constituindo referência para a implementação da estratégia institucional do Município.

10.1 EIXO I – GOVERNANÇA, GESTÃO PÚBLICA E SUSTENTABILIDADE FISCAL

Este eixo reúne as estratégias voltadas ao fortalecimento da capacidade institucional da Prefeitura Municipal de Nova Floresta, promovendo a integração entre planejamento, orçamento, execução, monitoramento e avaliação das políticas públicas. Busca consolidar uma administração pública moderna, transparente, eficiente, inovadora e orientada para resultados, assegurando sustentabilidade fiscal, melhoria da qualidade do gasto público e fortalecimento da governança municipal.

Objetivo: Fortalecer a governança pública e a sustentabilidade fiscal, promovendo maior eficiência administrativa, transformação digital e integração entre planejamento e gestão.

Diretrizes Estratégicas

- Fortalecer a governança pública e a gestão por resultados;

- Modernizar os processos administrativos e ampliar os serviços digitais;
- Aperfeiçoar a gestão fiscal e tributária;
- Ampliar a transparência e o controle social;
- Consolidar a cultura de monitoramento e avaliação.

Quadro 8 – Síntese do Eixo I

Elemento	Conteúdo
Objetivos Estratégicos	OE4, OE5, OE6, OE8, OE10, OE11 e OE12
Programas do PPA	Gestão Administrativa; Planejamento e Gestão Fiscal; Administração Fazendária
Projetos Prioritários	Governo Digital; Painel Estratégico; Modernização Tributária; Gestão por Resultados
ODS	8, 9, 11, 16 e 17

Resultados Esperados: Ao final da vigência do Plano, espera-se consolidar uma administração pública moderna, transparente e orientada para resultados, com processos digitalizados, fortalecimento da arrecadação própria, maior eficiência na aplicação dos recursos públicos e ampliação da capacidade institucional do Município.

10.2 EIXO II – SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA

A saúde constitui um direito fundamental e um dos principais pilares do desenvolvimento humano. Este eixo estratégico reúne as diretrizes voltadas ao fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS) no âmbito municipal, priorizando a Atenção Primária à Saúde como ordenadora da rede de cuidados, a promoção da saúde, a prevenção de doenças e a ampliação do acesso da população a serviços públicos de qualidade.

Em consonância com o Plano Municipal de Saúde, o Plano Plurianual (PPA) 2026–2029 e a Agenda Transversal da Criança e do Adolescente (ATCA), este eixo busca consolidar uma política de saúde integrada, humanizada e baseada em evidências, assegurando a melhoria contínua dos indicadores de saúde, o fortalecimento da assistência materno-infantil, da vigilância em saúde, da imunização e da atenção às populações em situação de maior vulnerabilidade.

Objetivo: Fortalecer a política municipal de saúde por meio da ampliação do acesso, da qualificação da Atenção Primária, da promoção da saúde, da prevenção de agravos e da melhoria contínua dos serviços ofertados à população.

Diretrizes Estratégicas

- Fortalecer a Atenção Primária à Saúde como principal porta de entrada do SUS.
- Ampliar as ações de promoção da saúde, prevenção de doenças e vigilância em saúde.
- Melhorar os indicadores de saúde materna, infantil e da primeira infância.
- Garantir elevadas coberturas vacinais e fortalecer as ações de imunização.
- Aperfeiçoar a gestão dos serviços de saúde por meio da inovação, da transformação digital e do uso de indicadores de desempenho.

Quadro 9 – Síntese do Eixo II

Elemento	Conteúdo
Objetivos Estratégicos	OE1, OE2 e OE5
Programas do PPA	Gestão da Saúde; Atenção Primária à Saúde; Primeira Infância
Projetos Prioritários	Fortalecimento da Atenção Primária; Ampliação das ações de imunização; Saúde na Escola (PSE); Modernização da gestão da saúde; Ampliação das ações da Primeira Infância
ODS Relacionados	ODS 3 – Saúde e Bem-Estar; ODS 10 – Redução das Desigualdades; ODS 17 – Parcerias

Resultados Esperados: Ao final da vigência deste Plano Estratégico Institucional, espera-se consolidar uma rede municipal de saúde mais resolutiva, humanizada e integrada, com fortalecimento da Atenção Primária, manutenção de elevadas coberturas vacinais, melhoria dos indicadores materno-infantis, ampliação das ações de prevenção e promoção da saúde e utilização de tecnologias para qualificar a gestão e o atendimento à população.

10.3 EIXO III – EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO HUMANO

A educação constitui um dos principais instrumentos de transformação social e desenvolvimento humano, desempenhando papel fundamental na formação de cidadãos, na redução das desigualdades e na promoção do desenvolvimento sustentável. Este eixo

estratégico reúne as diretrizes destinadas ao fortalecimento da educação pública municipal, à ampliação das oportunidades de aprendizagem e ao desenvolvimento integral das crianças, adolescentes e jovens.

Alinhado ao Plano Municipal de Educação (PME), ao Plano Plurianual (PPA) 2026–2029, à Agenda Transversal da Criança e do Adolescente (ATCA) e aos compromissos assumidos pelo Município no âmbito do Selo UNICEF, este eixo prioriza a melhoria da qualidade do ensino, a alfabetização na idade certa, a permanência dos estudantes na escola, a inclusão educacional, a educação integral e a valorização dos profissionais da educação.

Objetivo: Promover uma educação pública inclusiva, equitativa e de qualidade, assegurando o acesso, a permanência, a aprendizagem e o desenvolvimento integral dos estudantes da rede municipal de ensino.

Diretrizes Estratégicas

- Elevar a qualidade da educação básica e os indicadores de aprendizagem.
- Fortalecer a alfabetização na idade certa e reduzir o abandono e a evasão escolar.
- Ampliar a oferta de educação integral, inclusiva e de qualidade.
- Valorizar os profissionais da educação e incentivar a formação continuada.
- Integrar educação, cultura, esporte, tecnologia e inovação no processo de aprendizagem.

Quadro 10 – Síntese do Eixo III

Elemento	Conteúdo
Objetivos Estratégicos	OE1, OE2, OE7 e OE9
Programas do PPA	Educação Inclusiva; Primeira Infância; Educação Integral
Projetos Prioritários	Educação Integral; Busca Ativa Escolar; Ampliação da Educação Infantil; Modernização das Escolas; Formação Continuada dos Profissionais da Educação
ODS Relacionados	ODS 4 – Educação de Qualidade; ODS 5 – Igualdade de Gênero; ODS 10 – Redução das Desigualdades; ODS 17 – Parcerias

Resultados Esperados: Ao final da vigência deste Plano Estratégico Institucional, espera-se ampliar a qualidade da educação municipal, elevar os indicadores de aprendizagem,

reduzir o abandono escolar, fortalecer a alfabetização na idade adequada, ampliar a educação integral e consolidar uma rede de ensino mais inclusiva, inovadora e preparada para promover o desenvolvimento integral dos estudantes.

10.4 EIXO IV – INFRAESTRUTURA, DESENVOLVIMENTO URBANO E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

A infraestrutura urbana e rural constitui um dos principais vetores do desenvolvimento municipal, influenciando diretamente a qualidade de vida da população, a competitividade econômica, a mobilidade, a preservação ambiental e a atração de investimentos. Este eixo estratégico reúne as ações voltadas ao planejamento territorial, à melhoria dos espaços públicos e à ampliação da infraestrutura urbana e rural, promovendo cidades mais sustentáveis, acessíveis e resilientes.

Alinhado ao Plano Plurianual (PPA) 2026–2029 e às diretrizes nacionais de desenvolvimento urbano sustentável, este eixo prioriza investimentos em mobilidade urbana, pavimentação, drenagem, saneamento básico, limpeza urbana, iluminação pública, habitação, gestão de resíduos sólidos, preservação ambiental e adaptação às mudanças climáticas, fortalecendo a capacidade do Município para promover um crescimento urbano ordenado e sustentável.

Objetivo: Promover o desenvolvimento urbano sustentável mediante a ampliação da infraestrutura pública, da mobilidade, do saneamento, da preservação ambiental e da melhoria dos espaços urbanos e rurais, contribuindo para elevar a qualidade de vida da população.

Diretrizes Estratégicas

- Ampliar e qualificar a infraestrutura urbana e rural.
- Fortalecer as políticas de saneamento básico, limpeza urbana e gestão de resíduos sólidos.
- Melhorar a mobilidade urbana, a acessibilidade e a segurança viária.
- Promover a preservação ambiental, o uso sustentável dos recursos naturais e a adaptação às mudanças climáticas.
- Incentivar o planejamento territorial e o crescimento urbano ordenado.

Quadro 11 – Síntese do Eixo IV

Elemento	Conteúdo
Objetivos Estratégicos	OE1, OE3 e OE5
Programas do PPA	Infraestrutura Urbana; Serviços Urbanos; Habitação; Meio Ambiente
Projetos Prioritários	Pavimentação de vias urbanas; Ampliação da iluminação pública; Gestão integrada de resíduos sólidos; Melhoria da infraestrutura rural; Arborização urbana e recuperação de espaços públicos
ODS Relacionados	ODS 6 – Água Potável e Saneamento; ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis; ODS 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima; ODS 15 – Vida Terrestre

Resultados Esperados: Ao final da vigência deste Plano Estratégico Institucional, espera-se que Nova Floresta disponha de uma infraestrutura urbana e rural mais moderna, acessível e sustentável, com ampliação dos investimentos em mobilidade, saneamento, iluminação pública, limpeza urbana e preservação ambiental, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida, da segurança, da organização territorial e da sustentabilidade do Município.

10.5 EIXO V – DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, EMPREENDEDORISMO, AGRICULTURA E TURISMO

O desenvolvimento econômico sustentável representa um dos principais desafios e oportunidades para Nova Floresta, exigindo políticas públicas capazes de fortalecer o ambiente de negócios, incentivar o empreendedorismo, apoiar a agricultura familiar e consolidar o turismo como importante vetor de geração de emprego, renda e desenvolvimento regional.

Este eixo estratégico busca ampliar a competitividade do Município por meio da valorização das potencialidades locais, da promoção do desenvolvimento rural, do fortalecimento da Sala do Empreendedor, do incentivo à inovação, da regionalização do turismo e da articulação com programas estaduais e federais voltados ao desenvolvimento econômico.

A estratégia considera as vocações econômicas do Município, valorizando o comércio, a agricultura, o turismo cultural, religioso e rural, bem como novos empreendimentos que ampliam a atratividade turística de Nova Floresta, contribuindo para a diversificação da

economia e o fortalecimento do desenvolvimento sustentável.

Objetivo: Promover o desenvolvimento econômico sustentável mediante o fortalecimento do empreendedorismo, da agricultura familiar, do turismo e da geração de emprego e renda, ampliando a competitividade e a capacidade de desenvolvimento do Município.

Diretrizes Estratégicas

- Fortalecer o ambiente de negócios e incentivar o empreendedorismo local.
- Apoiar a agricultura familiar e estimular a produção sustentável.
- Consolidar Nova Floresta como destino turístico regional.
- Incentivar a qualificação profissional e a geração de emprego e renda.
- Ampliar a captação de investimentos e o desenvolvimento de novos empreendimentos econômicos.

Quadro 12 – Síntese do Eixo V

Elemento	Conteúdo
Objetivos Estratégicos	OE1, OE3 e OE9
Programas do PPA	Desenvolvimento Econômico; Agricultura; Turismo; Empreendedorismo
Projetos Prioritários	Fortalecimento da Sala do Empreendedor; Implementação do Plano Municipal de Turismo; Desenvolvimento do Turismo Rural; Apoio à Agricultura Familiar; Qualificação Profissional; Promoção do Comércio Local
ODS Relacionados	ODS 8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico; ODS 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura; ODS 12 – Consumo e Produção Responsáveis; ODS 17 – Parcerias e Meios de Implementação

Resultados Esperados: Ao final da vigência deste Plano Estratégico Institucional, espera-se fortalecer a economia local por meio da ampliação do empreendedorismo, da valorização da agricultura familiar, da consolidação do turismo como atividade estratégica e da criação de um ambiente favorável à geração de emprego, renda e investimentos, contribuindo

para o desenvolvimento sustentável de Nova Floresta.

10.6 EIXO VI – ASSISTÊNCIA SOCIAL, INCLUSÃO E PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

A proteção social constitui um dos pilares fundamentais para a promoção da cidadania, da inclusão social e da redução das desigualdades. Este eixo estratégico reúne as ações voltadas ao fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), à garantia de direitos, à proteção integral de crianças e adolescentes, ao atendimento das famílias em situação de vulnerabilidade e à promoção da inclusão social dos diversos segmentos da população.

Em consonância com o Plano Municipal de Assistência Social, a Agenda Transversal da Criança e do Adolescente (ATCA), o Plano Municipal da Primeira Infância, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e as diretrizes do Selo UNICEF, este eixo busca ampliar a efetividade das políticas socioassistenciais, fortalecer a rede de proteção social e promover a articulação intersetorial entre assistência social, saúde, educação e demais políticas públicas.

A estratégia prioriza a proteção da infância e da adolescência, o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, a inclusão produtiva, o combate às desigualdades sociais e a promoção dos direitos humanos, assegurando atendimento humanizado, acesso aos serviços públicos e desenvolvimento social sustentável.

Objetivo: Fortalecer a política municipal de assistência social, promovendo a inclusão social, a proteção integral das famílias e a garantia dos direitos humanos, com prioridade para crianças, adolescentes e pessoas em situação de vulnerabilidade.

Diretrizes Estratégicas

- Fortalecer a rede de proteção social básica e especial do SUAS.
- Promover a proteção integral de crianças e adolescentes, em articulação com a ATCA e o Selo UNICEF.
- Ampliar as ações de fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.
- Incentivar a inclusão social, a autonomia das famílias e o acesso às políticas públicas.
- Fortalecer os mecanismos de participação social, controle social e garantia de direitos.

Quadro 13 – Síntese do Eixo VI

Elemento	Conteúdo
Objetivos Estratégicos	OE1, OE2, OE7 e OE9



Elemento	Conteúdo
Programas do PPA	Assistência Social; Proteção Social Básica; Primeira Infância; Gestão do SUAS
Projetos Prioritários	Fortalecimento do PAIF; Ampliação do SCFV; Programa Criança Feliz; Agenda Transversal da Criança e do Adolescente (ATCA); Inclusão Digital "Conecta Nova Floresta"; Fortalecimento do CMDCA e do NUCA
ODS Relacionados	ODS 1 – Erradicação da Pobreza; ODS 3 – Saúde e Bem-Estar; ODS 4 – Educação de Qualidade; ODS 5 – Igualdade de Gênero; ODS 10 – Redução das Desigualdades; ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes

Resultados Esperados: Ao final da vigência deste Plano Estratégico Institucional, espera-se consolidar uma rede municipal de proteção social mais integrada, eficiente e humanizada, fortalecendo os serviços do SUAS, ampliando o atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade, reduzindo desigualdades sociais e assegurando a efetivação dos direitos de crianças, adolescentes e demais públicos prioritários.

10.7 EIXO VII – TRANSFORMAÇÃO DIGITAL, INOVAÇÃO E GOVERNO INTELIGENTE

A transformação digital constitui um dos principais instrumentos para modernização da Administração Pública e melhoria da prestação dos serviços públicos. A utilização de tecnologias da informação, automação de processos, inteligência de dados e soluções digitais permite ampliar a eficiência administrativa, fortalecer a transparência, facilitar o acesso do cidadão aos serviços públicos e qualificar a tomada de decisão baseada em evidências.

Este eixo estratégico busca consolidar Nova Floresta como um município inovador e preparado para os desafios da administração pública contemporânea, promovendo a expansão do Governo Digital, a integração dos sistemas corporativos, a governança de dados, a segurança da informação e o uso de tecnologias voltadas ao planejamento, monitoramento e avaliação das políticas públicas.

As iniciativas previstas neste eixo complementam o processo de modernização

administrativa iniciado pelo Município, potencializando o uso de ferramentas como o sistema 1Doc, o Contrata+Brasil, o SINTER e outras soluções tecnológicas voltadas à transformação digital e à melhoria dos serviços públicos.

Objetivo: Consolidar a transformação digital da Administração Pública Municipal por meio da inovação, da modernização tecnológica, da governança de dados e da ampliação dos serviços públicos digitais, promovendo maior eficiência, transparência e qualidade no atendimento ao cidadão.

Diretrizes Estratégicas

- Expandir a oferta de serviços públicos digitais e simplificar o atendimento ao cidadão.
- Fortalecer a governança de dados, a interoperabilidade dos sistemas e a segurança da informação.
- Incentivar a inovação e a transformação digital na Administração Pública.
- Implantar painéis gerenciais e ferramentas de Business Intelligence para apoio à tomada de decisão.
- Promover a inclusão digital e o uso de tecnologias que aproximem o cidadão da gestão municipal.

Quadro 14 – Síntese do Eixo VII

Elemento	Conteúdo
Objetivos Estratégicos	OE5, OE6, OE8 e OE9
Programas do PPA	Modernização Administrativa; Governo Digital; Planejamento e Gestão; Tecnologia da Informação
Projetos Prioritários	Governo Digital Nova Floresta; Expansão do 1Doc; Implantação do Painel Estratégico Municipal (Business Intelligence); Integração do SINTER; Ampliação dos Serviços Digitais; Governança de Dados
ODS Relacionados	ODS 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura; ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis; ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes; ODS 17 – Parcerias e Meios de Implementação

Resultados Esperados: Ao final da vigência deste Plano Estratégico Institucional,

espera-se consolidar uma Administração Pública mais digital, inovadora e orientada por dados, com processos amplamente eletrônicos, maior integração entre os sistemas municipais, expansão dos serviços públicos digitais, fortalecimento da transparência e utilização de ferramentas de inteligência para subsidiar a gestão e a tomada de decisão.





11. PORTFÓLIO DE PROJETOS ESTRATÉGICOS

11.1 Apresentação

O Portfólio de Projetos Estratégicos reúne as principais iniciativas estruturantes da Administração Pública Municipal para o período de 2026 a 2029, constituindo o conjunto de projetos prioritários responsáveis pela implementação dos objetivos e eixos estratégicos estabelecidos neste Plano Estratégico Institucional.

Os projetos aqui apresentados representam iniciativas de caráter transversal e estruturante, selecionadas em razão de sua capacidade de promover melhorias permanentes na gestão pública, ampliar a qualidade dos serviços prestados à população, fortalecer a capacidade institucional do Município e impulsionar o desenvolvimento sustentável de Nova Floresta.

O Portfólio constitui instrumento de gestão que orientará a priorização de investimentos, a alocação de recursos orçamentários, a captação de financiamentos, a celebração de parcerias e o monitoramento da execução das estratégias governamentais, observando o alinhamento com o Plano Plurianual (PPA) 2026–2029, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), a Lei Orçamentária Anual (LOA) e os demais instrumentos de planejamento municipal.

A inclusão de um projeto neste Portfólio não substitui os procedimentos legais de planejamento, licitação, contratação ou execução orçamentária, constituindo apenas seu reconhecimento como iniciativa estratégica para o desenvolvimento institucional e territorial do Município.

11.2 Critérios para Seleção dos Projetos Estratégicos

Os projetos integrantes deste Portfólio foram selecionados considerando os seguintes critérios:

- alinhamento com a Missão, Visão de Futuro e Diretrizes Estratégicas do Município;
- contribuição para o alcance dos Objetivos Estratégicos do PEI;
- vinculação aos programas e ações do Plano Plurianual (PPA);
- capacidade de geração de valor público;
- impacto social, econômico, ambiental ou institucional;
- viabilidade técnica, administrativa e financeira;
- contribuição para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);

- fortalecimento da inovação, da transformação digital e da sustentabilidade da gestão pública.

11.3 Portfólio Consolidado de Projetos Estratégicos

Quadro 15 – Portfólio de Projetos Estratégicos

Nº	Projeto Estratégico	Eixo Estratégico	Situação
1	Governo Digital Nova Floresta	Governança e Transformação Digital	Em implantação
2	Implantação do Painel Estratégico Municipal (Business Intelligence)	Governança	Planejado
3	Programa Municipal de Gestão por Resultados	Governança	Planejado
4	Modernização da Administração Tributária	Governança	Planejado
5	Expansão do Sistema 1Doc	Governança	Em execução
6	Integração do SINTER	Governança	Em implantação
7	Fortalecimento da Atenção Primária à Saúde	Saúde	Contínuo
8	Ampliação das Ações de Imunização	Saúde	Contínuo
9	Programa Saúde na Escola (PSE)	Saúde	Contínuo
10	Educação Integral	Educação	Em expansão
11	Busca Ativa Escolar	Educação	Contínuo
12	Formação Continuada dos Profissionais da Educação	Educação	Contínuo
13	Programa de Pavimentação Urbana	Infraestrutura	Contínuo
14	Modernização da Iluminação Pública	Infraestrutura	Em execução
15	Gestão Integrada de Resíduos Sólidos	Infraestrutura	Planejado
16	Fortalecimento da Sala do	Desenvolvimento	Contínuo

Nº	Projeto Estratégico	Eixo Estratégico	Situação
	Empreendedor	Econômico	
17	Implementação do Plano Municipal de Turismo	Desenvolvimento Econômico	Planejado
18	Desenvolvimento do Turismo Rural	Desenvolvimento Econômico	Planejado
19	Apoio à Agricultura Familiar	Desenvolvimento Econômico	Contínuo
20	Programa Criança Feliz	Assistência Social	Contínuo
21	Fortalecimento do PAIF	Assistência Social	Contínuo
22	Ampliação do SCFV	Assistência Social	Contínuo
23	Agenda Transversal da Criança e do Adolescente (ATCA)	Assistência Social	Em implantação
24	Conecta Nova Floresta	Assistência Social	Planejado
25	Programa Municipal de Inovação e Governo Inteligente	Transformação Digital	Planejado

Fonte: Elaboração própria (2026).

11.4 Classificação dos Projetos

Para fins de gestão e monitoramento, os projetos estratégicos serão classificados conforme sua prioridade institucional.

Quadro 16 – Classificação dos Projetos Estratégicos

Prioridade	Critério
Alta	Projetos essenciais ao cumprimento dos objetivos estratégicos e à manutenção dos serviços públicos.
Média	Projetos que ampliam a capacidade institucional e promovem melhorias estruturantes.
Baixa	Projetos de caráter complementar, condicionados à disponibilidade orçamentária e financeira.



11.5 Gestão do Portfólio

A gestão do Portfólio de Projetos Estratégicos será coordenada pela Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão Fiscal, em articulação com as Secretarias responsáveis pela execução de cada projeto.

Compete à coordenação do Portfólio:

- acompanhar a execução física e financeira dos projetos;
- monitorar indicadores e metas;
- avaliar riscos e propor medidas corretivas;
- priorizar investimentos de acordo com as diretrizes estratégicas do Município;
- elaborar relatórios periódicos de acompanhamento;
- subsidiar o processo de revisão do Plano Estratégico Institucional.

11.6 Integração com o Planejamento Municipal

O Portfólio de Projetos Estratégicos constitui o principal instrumento de operacionalização do Plano Estratégico Institucional, assegurando a integração entre os objetivos estratégicos, os programas do Plano Plurianual, os instrumentos orçamentários e as políticas públicas municipais.

Cada projeto deverá possuir vinculação ao respectivo programa do PPA, previsão orçamentária quando cabível, indicadores de desempenho, metas de execução e mecanismos de monitoramento, permitindo acompanhar sua contribuição para o alcance dos resultados estratégicos definidos neste Plano.

12. MATRIZ CONSOLIDADA DE INDICADORES ESTRATÉGICOS

12.1 Apresentação

A Matriz Consolidada de Indicadores Estratégicos constitui o principal instrumento de monitoramento do Plano Estratégico Institucional do Município de Nova Floresta. Seu objetivo é acompanhar a implementação das estratégias definidas neste Plano, mensurar os resultados alcançados e subsidiar o processo de tomada de decisão da Administração Municipal.

Os indicadores estratégicos foram definidos de forma a permitir o acompanhamento sistemático dos objetivos institucionais, dos eixos estratégicos e dos projetos prioritários, utilizando informações provenientes de sistemas oficiais, bases de dados governamentais e registros administrativos do Município.

A utilização de indicadores fortalece a gestão baseada em evidências, amplia a transparência da Administração Pública, facilita o monitoramento das políticas públicas e contribui para o aperfeiçoamento contínuo da prestação dos serviços públicos.

A revisão dos indicadores poderá ocorrer durante a vigência do Plano, mediante justificativa técnica pela Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, preservando-se o alinhamento com o Plano Plurianual (PPA) e os demais instrumentos de planejamento municipal.

12.2 Metodologia

A Matriz de Indicadores foi estruturada considerando os seguintes elementos:

- alinhamento aos Objetivos Estratégicos do PEI;
- vinculação aos Eixos Estratégicos;
- compatibilidade com os Programas do Plano Plurianual (PPA);
- utilização de indicadores mensuráveis e verificáveis;
- disponibilidade de fontes oficiais de informação;
- possibilidade de acompanhamento periódico.

Cada indicador apresenta:

- objetivo estratégico relacionado;
- indicador;

- linha de base;
- meta para 2029;
- unidade de medida;
- fonte dos dados;
- periodicidade de atualização;
- unidade responsável pelo monitoramento.

12.3 Matriz Consolidada de Indicadores

Quadro 17 – Matriz Consolidada de Indicadores Estratégicos

Objetivo Estratégico	Indicador	Linha de Base (2025)	Meta 2029	Unidade	Fonte	Periodicidade	Responsável
OE1	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)*	0,601	Melhorar indicadores sociais monitoráveis**	Índice	PNUD	Longo prazo	Planejamento
OE2	Cobertura da Atenção Primária	177,84%	Manter cobertura $\geq 100\%$ conforme parâmetros do MS	%	Ministério da Saúde	Quadrimestral	Saúde
OE2	Cobertura Vacinal Infantil	Conforme calendário vigente	$\geq 95\%$ das vacinas preconizadas	%	SI-PNI	Anual	Saúde
OE2	IDEB – Anos Iniciais	5,3	$\geq 6,0$	Índice	INEP	Bienal	Educação
OE2	IDEB – Anos Finais	4,7	$\geq 5,2$	Índice	INEP	Bienal	Educação
E3	Empresas formalizadas no Município	Linha de base municipal	Crescimento contínuo	Número	Sala do Empreendedor	Anual	Desenvolvimento Econômico



Objetivo Estratégico	Indicador	Linha de Base (2025)	Meta 2029	Unidade	Fonte	Periodicidade	Responsável
OE4	Execução das ações estratégicas do PEI	0%	100%	%	Planejamento	Semestral	Planejamento
OE5	Processos administrativos eletrônicos	Linha de base municipal	100%	%	1Doc	Semestral	Administração
OE6	Secretarias com monitoramento por indicadores	Linha de base municipal	100%	%	Planejamento	Semestral	Planejamento
OE7	Servidores capacitados anualmente	Linha de base municipal	Ampliação anual	%	Administração	Anual	Administração
OE8	Serviços públicos digitais disponíveis	Linha de base municipal	≥90%	%	Prefeitura	Anual	Administração
OE9	Projetos estratégicos em execução	0	100% dos projetos prioritizados	%	Planejamento	Semestral	Planejamento
OE10	Resultado Primário Municipal	Conforme exercício	Manter equilíbrio fiscal	Resultado	Finanças	Anual	Finanças
OE11	Crescimento da arrecadação própria	Exercício 2025	Crescimento real durante a vigência do Plano	%	Finanças	Anual	Finanças
OE12	Execução orçamentária	Exercício 2025	≥90%	%	Finanças	Quadrimestral	Finanças



Objetivo Estratégico	Indicador	Linha de Base (2025)	Meta 2029	Unidade	Fonte	Periodicidade	Responsável
	dos projetos estratégicos						

Fonte: Elaboração própria, com base no PPA 2026–2029, indicadores oficiais e sistemas municipais.

12.4 Utilização dos Indicadores

Os indicadores estratégicos constituirão referência para:

- monitoramento da execução do Plano Estratégico Institucional;
- elaboração dos Relatórios Anuais de Gestão;
- acompanhamento dos projetos estratégicos;
- revisão das prioridades institucionais;
- avaliação do desempenho da Administração Municipal;
- prestação de contas aos órgãos de controle e à sociedade.

12.5 Revisão da Matriz de Indicadores

A Matriz Consolidada de Indicadores poderá ser revisada durante a vigência do Plano Estratégico Institucional sempre que houver alterações significativas nas políticas públicas, nos programas governamentais, nos instrumentos de planejamento ou na disponibilidade das fontes de informação.

Qualquer alteração deverá ser formalmente justificada e aprovada pela Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, preservando a comparabilidade dos resultados e a continuidade do monitoramento.

13. MATRIZ DE ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

13.1 Apresentação

A Matriz de Alinhamento Estratégico constitui um dos principais instrumentos de integração do Plano Estratégico Institucional, permitindo visualizar a relação entre os elementos que compõem o sistema de planejamento da Administração Pública Municipal.

Sua finalidade é assegurar que as ações governamentais estejam articuladas de forma coerente, estabelecendo conexão entre a identidade organizacional, os objetivos estratégicos, os eixos de atuação, os programas do Plano Plurianual (PPA), os projetos estratégicos e os indicadores de desempenho.

Ao consolidar essas relações em uma única estrutura, a Matriz fortalece a gestão por resultados, facilita o monitoramento institucional, subsidia a tomada de decisão e amplia a transparência do processo de planejamento governamental.

Além disso, constitui importante instrumento de apoio à elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), da Lei Orçamentária Anual (LOA), dos planos setoriais e dos relatórios de monitoramento e avaliação, assegurando que os recursos públicos sejam direcionados às prioridades estratégicas do Município.

13.2 Estrutura da Matriz

A Matriz de Alinhamento Estratégico foi construída considerando a cadeia lógica de planejamento adotada neste Plano Estratégico Institucional.

O alinhamento inicia-se pela identidade organizacional do Município e desdobra-se até os resultados esperados para a sociedade, integrando planejamento, orçamento, execução e monitoramento.

13.3 Matriz Consolidada de Alinhamento Estratégico

Quadro 18 – Matriz de Alinhamento Estratégico

Missão	Diretriz Estratégica	Objetivo Estratégico	Eixo Estratégico	Programa do PPA	Projeto Estratégico	Indicador
Promover o desenvolvimento sustentável por meio de uma	Fortalecer a governança pública.	OE4 – Governança e Gestão por Resultados.	Governança, Gestão Pública e Sustentabilidade Fiscal.	Gestão Administrativa.	Governo Digital Nova Floresta.	Percentual de execução do PEI.

Missão	Diretriz Estratégica	Objetivo Estratégico	Eixo Estratégico	Programa do PPA	Projeto Estratégico	Indicador
gestão pública eficiente e inovadora.						
Idem	Modernizar a Administração Pública.	OE5 – Modernização Administrativa.	Transformação Digital, Inovação e Governo Inteligente.	Governo Digital.	Expansão do 1Doc.	Percentual de processos eletrônicos.
Idem	Promover o desenvolvimento humano.	OE2 – Fortalecer as políticas públicas essenciais.	Saúde e Qualidade de Vida.	Atenção Primária à Saúde.	Fortalecimento da APS.	Cobertura da Atenção Primária.
Idem	Promover o desenvolvimento humano.	OE2 – Educação de qualidade.	Educação e Desenvolvimento Humano.	Educação Básica.	Educação Integral.	IDEB.
Idem	Impulsionar o desenvolvimento econômico.	OE3 – Desenvolvimento Econômico.	Desenvolvimento Econômico, Empreendedorismo, Agricultura e Turismo.	Desenvolvimento Econômico.	Plano Municipal de Turismo.	Número de empreendimentos apoiados.
Idem	Promover inclusão social.	OE2 – Proteção Social.	Assistência Social, Inclusão e Promoção dos Direitos Humanos.	Proteção Social Básica.	Programa Criança Feliz.	Famílias acompanhadas.

Fonte: Elaboração própria.

13.4 Integração com o Sistema Municipal de Planejamento

A Matriz de Alinhamento Estratégico demonstra que o Plano Estratégico Institucional não constitui instrumento isolado de planejamento, mas integra um sistema composto por diversos instrumentos legais e gerenciais que orientam a atuação da Administração Pública Municipal.

Nesse contexto, a implementação das estratégias previstas neste Plano ocorrerá de forma articulada com o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, a Lei Orçamentária Anual e os planos setoriais, assegurando coerência entre planejamento, orçamento, execução e

avaliação.

Essa integração fortalece a governança pública, evita sobreposição de ações e promove maior racionalidade na aplicação dos recursos públicos.

13.5 Benefícios da Matriz de Alinhamento Estratégico

A utilização da Matriz proporciona diversos benefícios para a gestão municipal, entre os quais destacam-se:

- alinhamento entre estratégia, planejamento e orçamento;
- integração dos instrumentos de planejamento governamental;
- fortalecimento da gestão por resultados;
- melhoria do monitoramento e da avaliação das políticas públicas;
- apoio à tomada de decisão baseada em evidências;
- ampliação da transparência e da prestação de contas;
- otimização da alocação de recursos públicos;
- maior efetividade na execução dos programas e projetos estratégicos.

Figura 7 – Integração do Sistema Municipal de Planejamento



Fonte: Elaboração própria. Prefeitura Municipal de Nova Floresta – PB (2026).

14. MATRIZ DE RISCOS ESTRATÉGICOS

14.1 Apresentação

A gestão de riscos constitui um dos princípios da boa governança pública e representa importante instrumento para fortalecer a capacidade institucional da Administração Municipal, reduzir incertezas e aumentar a probabilidade de alcance dos objetivos estratégicos estabelecidos neste Plano.

No âmbito do Plano Estratégico Institucional, a gestão de riscos tem por finalidade identificar fatores internos e externos que possam comprometer a execução das estratégias governamentais, subsidiando a adoção de medidas preventivas e corretivas capazes de minimizar seus impactos sobre a prestação dos serviços públicos e o desenvolvimento do Município.

A Matriz de Riscos Estratégicos foi elaborada considerando a realidade administrativa do Município de Nova Floresta, observando as boas práticas de governança pública, gestão por resultados e planejamento governamental.

14.2 Metodologia

Os riscos estratégicos foram identificados com base nos principais fatores que podem afetar a implementação do Plano Estratégico Institucional, considerando sua probabilidade de ocorrência e o impacto potencial sobre os objetivos estratégicos.

Para fins deste Plano, os riscos foram classificados nas seguintes categorias:

- Fiscais e Financeiros;
- Institucionais;
- Administrativos;
- Tecnológicos;
- Ambientais e Climáticos;
- Jurídicos e Regulatórios;
- Sociais.

A avaliação considera três níveis de probabilidade (Baixa, Média e Alta) e três níveis de impacto (Baixo, Médio e Alto), permitindo definir prioridades para o tratamento dos riscos.

14.3 Matriz de Riscos Estratégicos

Quadro 19 – Matriz de Riscos Estratégicos do PEI

Categoria	Risco Estratégico	Probabilidade	Impacto	Medidas de Mitigação	Responsável
Fiscal	Redução das receitas municipais	Média	Alto	Fortalecimento da arrecadação própria, controle das despesas e captação de recursos externos	Secretaria de Finanças
Fiscal	Queda nas transferências constitucionais	Média	Alto	Diversificação das fontes de receita e planejamento orçamentário	Secretaria de Finanças
Institucional	Descontinuidade das ações estratégicas	Média	Alto	Institucionalização do PEI e monitoramento periódico	Comitê Gestor do PEI
Administrativo	Insuficiência de pessoal qualificado	Média	Médio	Capacitação continuada e gestão por competências	Secretaria de Administração
Administrativo	Resistência às mudanças organizacionais	Média	Médio	Comunicação institucional e gestão da mudança	Secretaria de Administração
Tecnológico	Falhas em sistemas de informação	Baixa	Alto	Plano de contingência, backups e suporte técnico	Setor de Tecnologia
Tecnológico	Ataques cibernéticos e perda de dados	Média	Alto	Políticas de segurança da informação e controle de acessos	Setor de Tecnologia
Ambiental	Eventos climáticos extremos	Média	Alto	Plano de resposta, Defesa Civil e ações preventivas	Infraestrutura e Defesa Civil
Jurídico	Alterações na legislação	Baixa	Médio	Acompanhamento jurídico permanente	Procuradoria Geral
Social	Aumento da vulnerabilidade social	Média	Alto	Fortalecimento das políticas públicas e monitoramento dos indicadores sociais	Assistência Social

Fonte: Elaboração própria (2026).

14.4 Tratamento dos Riscos

Os riscos classificados como de alto impacto receberão acompanhamento prioritário pela Administração Municipal, devendo ser objeto de monitoramento contínuo e de planos específicos de mitigação.

Sempre que identificado risco capaz de comprometer significativamente o alcance dos objetivos estratégicos, a Secretaria responsável deverá comunicar o Comitê Gestor do Plano Estratégico Institucional, que poderá propor medidas corretivas, revisão de metas ou reprogramação das ações estratégicas.

A gestão de riscos será integrada ao processo de monitoramento e avaliação do Plano, permitindo que as decisões sejam tomadas com base em evidências e na análise contínua do ambiente institucional.

14.5 Revisão da Matriz de Riscos

A Matriz de Riscos Estratégicos será revisada, no mínimo, uma vez por ano ou sempre que ocorrerem mudanças significativas no ambiente institucional, econômico, fiscal, tecnológico ou normativo que possam afetar a execução do Plano Estratégico Institucional.

As revisões deverão ser aprovadas pelo Comitê Gestor do PEI e registradas em relatório específico, assegurando a atualização permanente do processo de gestão de riscos.

Figura 9 – Processo de Gestão de Riscos do PEI



Fonte: Elaboração própria. Prefeitura Municipal de Nova Floresta – PB (2026).



15. GOVERNANÇA DO PLANO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL

15.1 Apresentação

A Governança do Plano Estratégico Institucional (PEI) estabelece a estrutura organizacional responsável por coordenar, implementar, monitorar e avaliar as estratégias definidas para o Município de Nova Floresta no período de 2026 a 2029.

O modelo de governança adotado fundamenta-se na integração entre as unidades administrativas da Prefeitura Municipal, fortalecendo a coordenação institucional, a responsabilidade compartilhada, a transparência, a participação social e a gestão orientada para resultados.

A execução do Plano ocorrerá de forma descentralizada, cabendo a cada Secretaria Municipal implementar as ações de sua competência, sob coordenação técnica da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão e supervisão do Prefeito Municipal.

15.2 Estrutura de Governança

A implementação do Plano Estratégico Institucional será conduzida por uma estrutura integrada de governança composta pelos seguintes atores institucionais:

- Prefeito Municipal;
- Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão;
- Secretarias Municipais;
- Procuradoria Geral do Município;
- Conselhos Municipais;
- Sociedade Civil.

Cada instância possui competências específicas, atuando de forma articulada para assegurar a efetividade das estratégias, a adequada utilização dos recursos públicos e a melhoria contínua das políticas públicas municipais.

15.3 Competências Institucionais

Prefeito Municipal

Compete ao Prefeito Municipal:

- aprovar as diretrizes estratégicas do Plano;
- definir as prioridades governamentais;
- assegurar apoio institucional à implementação do PEI;
- acompanhar os resultados estratégicos da Administração Municipal;
- deliberar sobre revisões estratégicas quando necessário.

Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão

Compete à Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão:

- coordenar tecnicamente a implementação do Plano Estratégico Institucional;
- promover a integração entre planejamento, orçamento e gestão;
- consolidar indicadores e informações estratégicas;
- acompanhar a execução dos projetos estratégicos;
- elaborar relatórios gerenciais de monitoramento;
- apoiar tecnicamente as Secretarias Municipais;
- propor ajustes e aperfeiçoamentos no Plano durante sua vigência.

Secretarias Municipais

Compete às Secretarias Municipais:

- executar os projetos e ações estratégicas sob sua responsabilidade;
- monitorar os indicadores vinculados à sua área de atuação;
- prestar informações periódicas à Secretaria de Planejamento e Gestão;
- implementar medidas corretivas sempre que identificadas necessidades de melhoria.

Procuradoria Geral do Município

Compete à Procuradoria:

- prestar assessoramento jurídico à implementação do Plano;
- acompanhar alterações normativas que possam impactar sua execução;
- orientar os órgãos municipais quanto aos aspectos legais relacionados às estratégias governamentais.

Conselhos Municipais e Sociedade Civil

Os Conselhos Municipais exercerão o controle social das políticas públicas relacionadas às suas respectivas áreas de atuação, contribuindo para:

- acompanhar a execução das ações estratégicas;
- formular recomendações para o aperfeiçoamento das políticas públicas;
- fortalecer a transparência e a participação cidadã.

A sociedade civil poderá participar do processo de monitoramento por meio de audiências públicas, consultas, conferências e demais instrumentos de participação social previstos na legislação.

15.4 Fluxo de Governança

A implementação do Plano Estratégico Institucional observará um processo contínuo de planejamento, execução, monitoramento e avaliação, garantindo a integração entre os diversos órgãos da Administração Pública Municipal.

As informações produzidas pelas Secretarias Municipais serão consolidadas pela Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, que elaborará relatórios técnicos destinados a subsidiar a tomada de decisão pelo Prefeito Municipal e o acompanhamento pelos órgãos de controle e pela sociedade.

Figura 10 – Fluxo de Governança do Plano Estratégico Institucional



Fonte: Elaboração própria. Prefeitura Municipal de Nova Floresta – PB (2026).

15.5 Processo Decisório

O processo decisório relacionado ao Plano Estratégico Institucional compreenderá as seguintes etapas:

1. execução das ações estratégicas pelas Secretarias Municipais;
2. acompanhamento dos indicadores de desempenho;
3. consolidação das informações pela Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão;
4. elaboração de relatórios gerenciais;
5. análise dos resultados pelo Prefeito Municipal;
6. definição de medidas de aperfeiçoamento, quando necessárias;
7. divulgação dos resultados à sociedade.

Esse processo assegura que as decisões sejam fundamentadas em evidências, fortalecendo a eficiência administrativa e a melhoria contínua da gestão pública.

15.6 Transparência e Prestação de Contas

A Administração Municipal promoverá ampla divulgação dos resultados do Plano Estratégico Institucional, utilizando os instrumentos oficiais de transparência e comunicação governamental.

Os principais mecanismos de prestação de contas compreenderão:

- Portal da Transparência;
- sítio eletrônico oficial do Município;
- relatórios anuais de gestão;
- audiências públicas;
- prestações de contas aos órgãos de controle;
- reuniões dos Conselhos Municipais.

A divulgação periódica dos resultados contribuirá para fortalecer a confiança da sociedade na Administração Pública, ampliar o controle social e incentivar a participação cidadã no acompanhamento das políticas públicas.



16. MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS

16.1 Apresentação

O monitoramento e a avaliação constituem etapas permanentes da gestão estratégica, permitindo acompanhar a implementação das ações previstas neste Plano Estratégico Institucional (PEI), mensurar os resultados alcançados e subsidiar o processo de tomada de decisão da Administração Pública Municipal.

Mais do que verificar o cumprimento de metas, o sistema de monitoramento busca produzir informações qualificadas para apoiar o aperfeiçoamento das políticas públicas, promover maior integração entre planejamento, orçamento e gestão, fortalecer a transparência e ampliar a capacidade institucional do Município.

A Administração Municipal adotará um modelo de monitoramento baseado em indicadores de desempenho, evidências e informações gerenciais, priorizando a utilização de soluções tecnológicas que permitam acompanhar, em tempo real sempre que possível, a evolução das metas estratégicas, dos projetos prioritários e dos principais resultados institucionais.

16.2 Sistema Municipal de Monitoramento Estratégico

O Plano Estratégico Institucional será acompanhado por meio do Sistema Municipal de Monitoramento Estratégico, coordenado pela Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, responsável por consolidar informações, acompanhar indicadores, produzir análises gerenciais e subsidiar a tomada de decisão da Administração Municipal.

O sistema será estruturado a partir da integração entre os diversos instrumentos de planejamento e gestão do Município, promovendo a articulação entre:

- Plano Estratégico Institucional (PEI);
- Plano Plurianual (PPA);
- Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO);
- Lei Orçamentária Anual (LOA);
- planos setoriais;
- indicadores estratégicos;



- projetos prioritários.

Sempre que tecnicamente viável, o acompanhamento será apoiado por sistemas informatizados, bases de dados institucionais, painéis eletrônicos de indicadores (*dashboards*) e demais ferramentas de transformação digital adotadas pela Administração Municipal, permitindo maior agilidade, confiabilidade e transparência das informações.

16.3 Objetivos do Monitoramento

O Sistema Municipal de Monitoramento Estratégico tem por objetivos:

- acompanhar a execução dos objetivos estratégicos;
- monitorar os projetos prioritários da Administração Municipal;
- avaliar o desempenho dos indicadores estratégicos;
- subsidiar o processo de tomada de decisão;
- identificar riscos, oportunidades e necessidades de aperfeiçoamento;
- fortalecer a gestão baseada em evidências;
- promover a integração entre planejamento, orçamento e gestão;
- ampliar a transparência e a prestação de contas.

16.4 Instrumentos de Monitoramento

O acompanhamento do Plano Estratégico Institucional será realizado mediante a utilização dos seguintes instrumentos:

- Painel Estratégico de Indicadores;
- painéis eletrônicos (*dashboards*), quando disponíveis;
- relatórios gerenciais;
- relatórios anuais de gestão;
- sistemas corporativos da Administração Municipal;
- Sistema 1Doc, para acompanhamento de processos administrativos relacionados às ações estratégicas, quando aplicável;
- Portal da Transparência;
- reuniões periódicas de avaliação.

A utilização desses instrumentos permitirá consolidar informações estratégicas, acompanhar a evolução das metas e produzir evidências para orientar a gestão pública.



16.5 Periodicidade do Monitoramento

O acompanhamento do Plano Estratégico Institucional observará calendário periódico de monitoramento, conforme apresentado a seguir.

Quadro 20 – Periodicidade do Monitoramento

Atividade	Periodicidade	Responsável
Atualização dos indicadores	Trimestral	Secretarias Municipais
Consolidação das informações	Trimestral	Secretaria de Planejamento e Gestão
Atualização dos painéis gerenciais	Trimestral ou conforme disponibilidade dos dados	Secretaria de Planejamento e Gestão
Relatório Gerencial Estratégico	Semestral	Secretaria de Planejamento e Gestão
Avaliação Institucional	Anual	Prefeito Municipal
Revisão do PEI	Quando necessária ou ao final da vigência	Administração Municipal

Fonte: Elaboração própria (2026).

16.6 Avaliação Estratégica

A avaliação estratégica consistirá na análise sistemática dos resultados obtidos durante a implementação do Plano Estratégico Institucional, considerando o desempenho dos indicadores, a execução dos projetos estratégicos e o alcance dos objetivos definidos.

Sempre que identificadas situações que comprometam significativamente a execução do Plano, poderão ser propostas medidas corretivas, revisão de prioridades, atualização de metas ou reprogramação das ações estratégicas, preservando-se os princípios da eficiência, da responsabilidade fiscal e da gestão orientada para resultados.

16.7 Prestação de Contas e Transparência

Os resultados do Plano Estratégico Institucional serão amplamente divulgados por meio dos instrumentos oficiais de transparência da Administração Pública Municipal, assegurando à sociedade acesso às informações relativas à implementação das estratégias governamentais.

A prestação de contas compreenderá, entre outros mecanismos:

- Portal da Transparência;
- sítio eletrônico oficial do Município;
- Relatório Anual de Gestão;
- audiências públicas;
- prestações de contas aos órgãos de controle;

- reuniões dos Conselhos Municipais;
- divulgação de indicadores e resultados por meio de painéis eletrônicos, sempre que disponíveis.

17.8 Melhoria Contínua

O monitoramento e a avaliação do Plano Estratégico Institucional observarão o princípio da melhoria contínua, estimulando o aperfeiçoamento permanente da gestão pública.

A utilização de indicadores, evidências, sistemas informatizados e tecnologias de apoio à decisão permitirá fortalecer a cultura de planejamento, ampliar a eficiência administrativa e consolidar uma gestão pública moderna, inovadora e orientada para resultados.

As informações produzidas pelo Sistema Municipal de Monitoramento Estratégico servirão de referência para a atualização dos instrumentos de planejamento, a priorização de investimentos e o aperfeiçoamento das políticas públicas ao longo da vigência do Plano.

Figura 11 – Ciclo de Monitoramento e Avaliação do PEI



Fonte: Elaboração própria. Prefeitura Municipal de Nova Floresta – PB (2026).



17. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLE ESTRATÉGICO

17.1 Finalidade

A Gestão de Riscos constitui um processo permanente de identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos eventos que possam comprometer o alcance dos objetivos estratégicos estabelecidos neste Plano.

A adoção de uma política de gestão de riscos fortalece a governança pública municipal, promove maior segurança na tomada de decisões, amplia a eficiência administrativa e contribui para a adequada aplicação dos recursos públicos, em conformidade com os princípios da legalidade, eficiência, transparência e responsabilidade fiscal.

O Município de Nova Floresta adotará a gestão de riscos como instrumento de apoio ao planejamento estratégico, permitindo antecipar cenários adversos, reduzir vulnerabilidades institucionais e ampliar a capacidade de resposta da Administração Pública.

17.2 Objetivos da Gestão de Riscos

São objetivos da Gestão de Riscos:

- I – Identificar fatores internos e externos que possam comprometer a execução dos objetivos estratégicos;
- II – Prevenir falhas administrativas, operacionais, financeiras e institucionais;
- III – Fortalecer os mecanismos de controle interno e governança pública;
- IV – Apoiar o processo de tomada de decisão baseado em evidências;
- V – Melhorar continuamente os processos administrativos;
- VI – Garantir maior eficiência na execução das políticas públicas;
- VII – Assegurar maior previsibilidade na implementação dos programas governamentais.

17.3 Processo de Gestão de Riscos

A gestão de riscos observará as seguintes etapas:

I – Identificação

Levantamento dos eventos que possam afetar a execução das políticas públicas.

II – Análise

Avaliação da probabilidade de ocorrência e do impacto institucional de cada risco identificado.

III – Avaliação

Classificação dos riscos conforme seu nível de criticidade.

IV – Tratamento

Definição das medidas preventivas e corretivas necessárias para minimizar seus efeitos.

V – Monitoramento

Acompanhamento permanente da evolução dos riscos e da efetividade das medidas adotadas.

VI – Revisão

Atualização periódica da matriz de riscos, considerando alterações no cenário econômico, social, institucional e legal.

18.4 Matriz Estratégica de Riscos

Risco Estratégico	Probabilidade	Impacto	Nível de Risco	Estratégia de Mitigação	Responsável
Redução das receitas próprias e transferências constitucionais	Média	Alto	Alto	Fortalecer a arrecadação municipal, diversificar fontes de financiamento e monitorar a execução orçamentária	Secretaria de Finanças
Insuficiência de recursos para execução de programas estratégicos	Média	Alto	Alto	Priorizar ações estratégicas e ampliar a captação de recursos estaduais e federais	Secretaria de Planejamento e Gestão Fiscal
Baixa execução física e financeira das ações do PPA	Média	Alto	Alto	Implantar monitoramento periódico e reuniões de avaliação	Secretarias Executoras
Perda de convênios e recursos por descumprimento de prazos	Baixa	Alto	Médio	Controle permanente dos instrumentos de transferência voluntária	Planejamento
Rotatividade de servidores em funções estratégicas	Média	Médio	Médio	Investir em capacitação, gestão do conhecimento e padronização de processos	Secretaria de Administração
Descontinuidade administrativa	Baixa	Alto	Médio	Institucionalizar processos, fortalecer o planejamento e manter documentação atualizada	Gabinete do Prefeito

Risco Estratégico	Probabilidade	Impacto	Nível de Risco	Estratégia de Mitigação	Responsável
Baixo desempenho dos indicadores estratégicos	Média	Alto	Alto	Revisão periódica das metas e adoção de planos de ação corretivos	Secretarias Municipais
Eventos climáticos extremos (seca, chuvas intensas)	Média	Alto	Alto	Elaborar planos de contingência e fortalecer ações da Defesa Civil	Infraestrutura e Agricultura
Falhas em sistemas de tecnologia da informação	Média	Médio	Médio	Implantar políticas de segurança da informação, backup e redundância dos sistemas	Secretaria de Administração
Descumprimento de obrigações legais e de transparência	Baixa	Alto	Médio	Fortalecer os mecanismos de controle interno, capacitação e acompanhamento jurídico	Procuradoria

17.4 Classificação dos Riscos

Os riscos serão classificados conforme a combinação entre probabilidade de ocorrência e impacto institucional.

Nível	Caracterização
Baixo	Possui reduzida probabilidade e baixo impacto, sendo acompanhado rotineiramente.
Médio	Exige monitoramento periódico e adoção de medidas preventivas.
Alto	Requer atuação prioritária da Administração, com plano de ação específico e acompanhamento contínuo.

17.5 Monitoramento dos Riscos

A Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão Fiscal, em conjunto com as Secretarias Executoras, realizará o monitoramento periódico dos riscos estratégicos, observando:

- evolução dos indicadores;
- cumprimento das ações mitigadoras;

- surgimento de novos riscos;
- efetividade das medidas implementadas;
- necessidade de revisão da matriz de riscos.

O monitoramento ocorrerá, preferencialmente, em reuniões trimestrais do Comitê de Gestão Estratégica.

17.6 Plano de Resposta aos Riscos

Quando identificado risco classificado como alto, deverão ser adotadas as seguintes providências:

- I – elaboração de plano de ação específico;
- II – definição do responsável pelo tratamento do risco;
- III – estabelecimento de prazo para implementação das medidas mitigadoras;
- IV – monitoramento contínuo até a redução do nível de risco;
- V – comunicação ao Prefeito Municipal e à Secretaria de Planejamento e Gestão Fiscal sobre situações que possam comprometer a execução das políticas públicas.

17.7 Integração com a Governança Municipal

A Gestão de Riscos integra o Sistema Municipal de Governança e deverá subsidiar:

- a revisão anual do Plano Estratégico Institucional;
- a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- a elaboração da Lei Orçamentária Anual;
- a revisão do Plano Plurianual;
- os processos de tomada de decisão;
- o monitoramento dos programas e projetos estratégicos.

17.8 Disposições Gerais

A gestão de riscos será incorporada como prática permanente da Administração Municipal, contribuindo para o fortalecimento da governança pública, da transparência, da responsabilidade fiscal e da melhoria contínua da prestação dos serviços públicos.

As Secretarias Municipais deverão considerar os riscos identificados neste Plano na elaboração de seus planos setoriais e na execução das políticas públicas, adotando medidas preventivas para assegurar o cumprimento dos objetivos estratégicos do Município.



18. COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL, TRANSPARÊNCIA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

18.1 Finalidade

A Comunicação Institucional constitui instrumento estratégico de governança destinado a assegurar a ampla divulgação das ações, programas, projetos, resultados e metas estabelecidos no Plano Estratégico Institucional, promovendo a transparência da gestão pública, o fortalecimento do controle social e a aproximação entre a Administração Municipal e a sociedade.

A transparência e a participação social são princípios fundamentais da Administração Pública, contribuindo para o fortalecimento da democracia, da confiança institucional e da corresponsabilidade entre governo e cidadãos na construção do desenvolvimento municipal.

18.2 Objetivos

São objetivos da Política de Comunicação Institucional:

- I – assegurar ampla publicidade aos programas, projetos e ações estratégicas do Município;
- II – promover o acesso da população às informações públicas, observando os princípios da transparência ativa e passiva;
- III – fortalecer os mecanismos de participação e controle social;
- IV – ampliar o diálogo entre a Administração Municipal e a sociedade;
- V – divulgar os resultados alcançados pela execução do Plano Estratégico Institucional;
- VI – estimular a cultura da transparência, da prestação de contas e da participação cidadã;
- VII – fortalecer a imagem institucional do Município perante a sociedade e os órgãos de controle.

18.3 Diretrizes

A comunicação institucional observará as seguintes diretrizes:

- transparência;
- publicidade;
- acessibilidade;
- linguagem clara e objetiva;

- tempestividade das informações;
- ética e responsabilidade;
- inclusão digital;
- participação social;
- inovação na comunicação pública.

18.4 Instrumentos de Comunicação

A divulgação das ações e resultados do Plano Estratégico ocorrerá por meio dos seguintes instrumentos:

I – Portal Oficial da Prefeitura

Disponibilização de informações institucionais, programas, projetos, indicadores estratégicos, relatórios de gestão, notícias e demais informações de interesse público.

II – Portal da Transparência

Divulgação permanente das informações relativas à execução orçamentária e financeira, contratos, convênios, licitações, receitas, despesas, indicadores de desempenho e demais informações previstas na legislação vigente.

III – Redes Sociais Institucionais

Utilização das plataformas oficiais para divulgação de ações governamentais, campanhas educativas, prestação de contas, audiências públicas e informações de interesse coletivo.

IV – Audiências Públicas

Realização periódica de audiências públicas para apresentação dos resultados da gestão, discussão das prioridades governamentais e recebimento de contribuições da sociedade.

V – Conselhos Municipais

Apresentação dos resultados do Plano Estratégico aos Conselhos Municipais, fortalecendo o controle social e a participação da sociedade na avaliação das políticas públicas.

VI – Relatórios Institucionais

Publicação periódica de relatórios contendo:

- evolução dos indicadores estratégicos;
- cumprimento das metas;
- execução dos programas;
- resultados alcançados;
- desafios e perspectivas.

18.5 Transparência Ativa

O Município manterá atualizadas, em seus canais oficiais de comunicação, informações relacionadas à execução do Plano Estratégico, observando as disposições da Lei de Acesso à Informação (Lei Federal nº 12.527/2011), da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e da Lei Complementar nº 131/2009.

Serão disponibilizadas, dentre outras, as seguintes informações:

- Plano Estratégico Institucional;
- Plano Plurianual;
- Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- Lei Orçamentária Anual;
- indicadores estratégicos;
- metas institucionais;
- relatórios de monitoramento;
- prestação de contas;
- demonstrativos da execução orçamentária e financeira.

18.6 Participação Social

A participação da sociedade na implementação e acompanhamento do Plano Estratégico será incentivada por meio de mecanismos permanentes de diálogo entre o Poder Público e a população.

Constituem instrumentos de participação social:

- I – Conselhos Municipais;
- II – Audiências Públicas;
- III – Conferências Municipais;
- IV – Ouvidoria Municipal;
- V – Consultas Públicas;
- VI – Plataformas digitais de participação;
- VII – Reuniões comunitárias promovidas pelas Secretarias Municipais.

As manifestações da sociedade poderão subsidiar a revisão das prioridades estratégicas e o aperfeiçoamento das políticas públicas municipais.



18.7 Prestação de Contas à Sociedade

A Administração Municipal realizará prestação de contas periódica sobre a execução do Plano Estratégico, contemplando, no mínimo:

- grau de execução dos objetivos estratégicos;
- cumprimento das metas previstas;
- evolução dos indicadores;
- execução orçamentária e financeira;
- resultados alcançados;
- ações corretivas implementadas.

A prestação de contas ocorrerá por meio de relatórios anuais e será apresentada ao Prefeito Municipal e à sociedade, assegurando ampla publicidade aos resultados da gestão.

18.8 Comunicação Interna

A comunicação interna terá como finalidade promover o alinhamento institucional entre os órgãos da Administração Municipal, assegurando que todos os servidores conheçam os objetivos estratégicos, as metas institucionais e as responsabilidades atribuídas a cada unidade administrativa.

As Secretarias Municipais deverão disseminar as informações relativas ao Plano Estratégico entre seus servidores, fortalecendo a cultura organizacional orientada para resultados, inovação, eficiência e melhoria contínua.

18.9 Avaliação da Comunicação

A efetividade da política de comunicação institucional será avaliada periodicamente, considerando:

- alcance das ações de divulgação;
- nível de participação social;
- transparência das informações disponibilizadas;
- acessibilidade dos canais de comunicação;
- satisfação dos cidadãos com os mecanismos de informação e participação.

Os resultados dessas avaliações subsidiarão o aperfeiçoamento contínuo das estratégias de comunicação da Administração Municipal.

19. IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO

19.1 Implementação

A implementação do Plano Estratégico Institucional ocorrerá de forma integrada entre os órgãos da Administração Pública Municipal, observando os princípios da legalidade, eficiência, planejamento, responsabilidade fiscal, transparência e gestão por resultados.

Todas as Secretarias Municipais deverão incorporar os objetivos, programas, metas e indicadores deste Plano em seus respectivos planejamentos setoriais, assegurando o alinhamento das ações governamentais às diretrizes estratégicas da Administração Municipal. A execução das iniciativas previstas será realizada de forma articulada, promovendo a integração entre planejamento, orçamento, monitoramento e avaliação das políticas públicas.

19.2 Diretrizes para Implementação

A execução deste Plano observará as seguintes diretrizes:

- I – integração entre os instrumentos de planejamento governamental;
- II – alinhamento entre objetivos estratégicos, programas e orçamento;
- III – fortalecimento da governança pública;
- IV – atuação intersetorial das Secretarias Municipais;
- V – melhoria contínua dos processos administrativos;
- VI – utilização de indicadores de desempenho para subsidiar a tomada de decisão;
- VII – participação social e controle institucional.

19.3 Estrutura de Execução

A implementação será coordenada pela Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão Fiscal, com apoio das Secretarias Municipais e supervisão do Chefe do Poder Executivo.

Compete à Secretaria de Planejamento e Gestão Fiscal:

- coordenar a execução do Plano;
- acompanhar os indicadores estratégicos;
- consolidar relatórios gerenciais;
- promover reuniões periódicas de avaliação;
- propor revisões quando necessárias.

As Secretarias Municipais serão responsáveis pela execução das ações sob sua competência, garantindo o cumprimento das metas estabelecidas.

19.4 Integração com os Instrumentos de Planejamento

O Plano Estratégico Institucional orientará a elaboração, execução e avaliação dos seguintes instrumentos:

- Plano Plurianual – PPA;
- Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO;
- Lei Orçamentária Anual – LOA;
- Planos Municipais Setoriais;
- Agenda Transversal da Criança e do Adolescente (ATCA);
- Plano Municipal de Turismo;
- Plano Municipal da Primeira Infância;
- Plano Municipal de Saúde;
- Plano Municipal de Educação;
- Plano Municipal de Assistência Social;
- demais instrumentos de planejamento vigentes.

Essa integração assegura que as prioridades estratégicas do Município sejam refletidas no orçamento público e na execução das políticas governamentais.

19.5 Cronograma de Implementação

Etapa	2026	2027	2028	2029
Publicação do Plano Estratégico	✓			
Divulgação às Secretarias Municipais	✓			
Elaboração dos Planos Setoriais	✓	✓	✓	✓
Execução das ações estratégicas	✓	✓	✓	✓
Monitoramento dos indicadores	✓	✓	✓	✓
Avaliações semestrais	✓	✓	✓	✓
Revisão anual do Plano	✓	✓	✓	✓
Avaliação final da vigência				✓

19.6 Fatores Críticos de Sucesso

A efetiva implementação deste Plano depende dos seguintes fatores:

- comprometimento da alta administração;
- integração entre as Secretarias Municipais;
- disponibilidade de recursos financeiros;
- qualificação permanente dos servidores;
- utilização de sistemas de informação para apoio à gestão;
- monitoramento contínuo dos indicadores;
- participação da sociedade e dos Conselhos Municipais;
- fortalecimento da cultura de planejamento e gestão por resultados.

19.7 Revisão e Atualização

O Plano Estratégico poderá ser revisado anualmente, considerando:

- alterações na legislação;
- mudanças no cenário econômico e social;
- evolução dos indicadores estratégicos;
- necessidade de inclusão de novos projetos prioritários;
- recomendações dos órgãos de controle;
- sugestões da sociedade e dos Conselhos Municipais.

As alterações deverão preservar os princípios e objetivos estabelecidos neste Plano e observar a compatibilidade com o Plano Plurianual e demais instrumentos de planejamento.

19.8 Disposições Operacionais

As Secretarias Municipais deverão elaborar planos de ação anuais contendo:

- iniciativas prioritárias;
- metas específicas;
- cronograma de execução;
- responsáveis;
- indicadores de acompanhamento;
- estimativa de recursos necessários.

Esses planos servirão como instrumento de gestão e subsidiarão o monitoramento periódico da execução das estratégias institucionais.

20. DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1 Vigência

O presente Plano Estratégico Institucional do Município de Nova Floresta – PB terá vigência correspondente ao período de 1º de julho de 2026 a 31 de dezembro de 2029, alinhando-se ao Plano Plurianual (PPA) 2026–2029 e aos demais instrumentos de planejamento e gestão da Administração Pública Municipal.

20.2 Natureza do Plano

O Plano Estratégico Institucional constitui instrumento permanente de orientação da gestão municipal, estabelecendo diretrizes, objetivos estratégicos, metas, indicadores e iniciativas prioritárias para o desenvolvimento institucional e a melhoria da prestação dos serviços públicos.

Sua execução deverá orientar a atuação de todos os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, observadas as competências legais de cada unidade administrativa.

20.3 Integração com os Instrumentos de Planejamento

Este Plano será executado de forma integrada aos seguintes instrumentos:

- Plano Plurianual (PPA);
- Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO);
- Lei Orçamentária Anual (LOA);
- Agenda Transversal da Criança e do Adolescente (ATCA);
- Plano Municipal da Primeira Infância;
- Plano Municipal de Turismo;
- Plano Municipal de Saúde;
- Plano Municipal de Educação;
- Plano Municipal de Assistência Social;
- demais planos, programas e políticas públicas municipais.

Essa integração visa assegurar coerência entre o planejamento estratégico, a alocação de recursos públicos e a execução das ações governamentais.

20.4 Responsabilidades

Compete à Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão Fiscal coordenar a implementação, o monitoramento e a avaliação deste Plano Estratégico.

As Secretarias Municipais e demais órgãos da Administração Pública deverão:

- incorporar os objetivos estratégicos às suas ações e projetos;
- executar as iniciativas sob sua responsabilidade;
- acompanhar e informar periodicamente os indicadores de desempenho;
- colaborar com os processos de monitoramento, avaliação e revisão do Plano.

20.5 Revisão e Atualização

O Plano Estratégico Institucional poderá ser revisado durante sua vigência sempre que houver:

- alterações significativas nas prioridades governamentais;
- mudanças no cenário econômico, social ou institucional;
- necessidade de adequação à legislação superveniente;
- inclusão de novos programas estratégicos;
- recomendações decorrentes dos processos de monitoramento e avaliação.

As revisões deverão preservar os princípios, objetivos e diretrizes estabelecidos neste Plano, garantindo sua compatibilidade com o Plano Plurianual e os demais instrumentos de planejamento.

20.6 Transparência e Publicidade

O Plano Estratégico Institucional será disponibilizado para consulta pública por meio dos canais oficiais da Prefeitura Municipal de Nova Floresta, assegurando ampla publicidade às suas diretrizes, metas, indicadores e resultados.

20.7 Compromisso Institucional

A implementação deste Plano representa o compromisso da Administração Municipal com uma gestão pública moderna, eficiente, transparente e orientada para resultados.

Sua execução contribuirá para o fortalecimento da capacidade institucional do



Município, a melhoria contínua dos serviços públicos, a promoção do desenvolvimento sustentável e a elevação da qualidade de vida da população de Nova Floresta.

A participação dos servidores públicos, dos Conselhos Municipais, da sociedade civil organizada e dos cidadãos será fundamental para o alcance dos objetivos estratégicos estabelecidos neste documento.

20.8 Encerramento

O Plano Estratégico Institucional consolida a visão de futuro da Administração Municipal para o período de 2026 a 2029, constituindo referência para o planejamento, execução, monitoramento e avaliação das políticas públicas municipais.

Ao integrar planejamento, governança, inovação, responsabilidade fiscal, participação social e gestão por resultados, o Município reafirma seu compromisso com a excelência administrativa e com a construção de uma Nova Floresta mais desenvolvida, inclusiva, sustentável e preparada para os desafios do futuro.



REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967**. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 27 fev. 1967.

BRASIL. **Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**. Estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 mar. 1964.

BRASIL. **Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 maio 2000.

BRASIL. **Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009**. Acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 maio 2009.

BRASIL. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto na Constituição Federal. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 nov. 2011.

BRASIL. **Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017**. Dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 27 jun. 2017.

BRASIL. **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018**. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 ago. 2018.

BRASIL. **Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**. Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. **Guia Referencial para Gestão por Resultados na Administração Pública**. Brasília: MGI.

BRASIL. **Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Organização das Nações Unidas – ONU. Brasília: Ipea, 2015.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Referencial Básico de Governança Organizacional**. 4. ed. Brasília: TCU, 2020.



BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Referencial para Avaliação de Governança em Políticas Públicas**. Brasília: TCU, 2014.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Referencial de Gestão de Riscos**. Brasília: TCU.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. **ABNT NBR ISO 31000:2018 – Gestão de riscos – Diretrizes**. Rio de Janeiro: ABNT, 2018.

KAPLAN, Robert S.; NORTON, David P. **A Estratégia em Ação: Balanced Scorecard**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

KAPLAN, Robert S.; NORTON, David P. **Mapas Estratégicos: convertendo ativos intangíveis em resultados tangíveis**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

NOVA FLORESTA (PB). **Lei Municipal nº 1.282, de 2025**. Institui o Plano Plurianual do Município de Nova Floresta para o período de 2026 a 2029.

NOVA FLORESTA (PB). **Lei Orgânica do Município de Nova Floresta**.

NOVA FLORESTA (PB). **Plano Municipal de Saúde**. Nova Floresta: Prefeitura Municipal.

NOVA FLORESTA (PB). **Plano Municipal de Educação**. Nova Floresta: Prefeitura Municipal.

NOVA FLORESTA (PB). **Plano Municipal de Assistência Social**. Nova Floresta: Prefeitura Municipal.

NOVA FLORESTA (PB). **Plano Municipal da Primeira Infância**. Nova Floresta: Prefeitura Municipal.

NOVA FLORESTA (PB). **Plano Municipal de Turismo 2026–2029**. Nova Floresta: Prefeitura Municipal.

NOVA FLORESTA (PB). **Agenda Transversal da Criança e do Adolescente – ATCA**. Nova Floresta: Prefeitura Municipal.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)**. Brasília: PNUD.